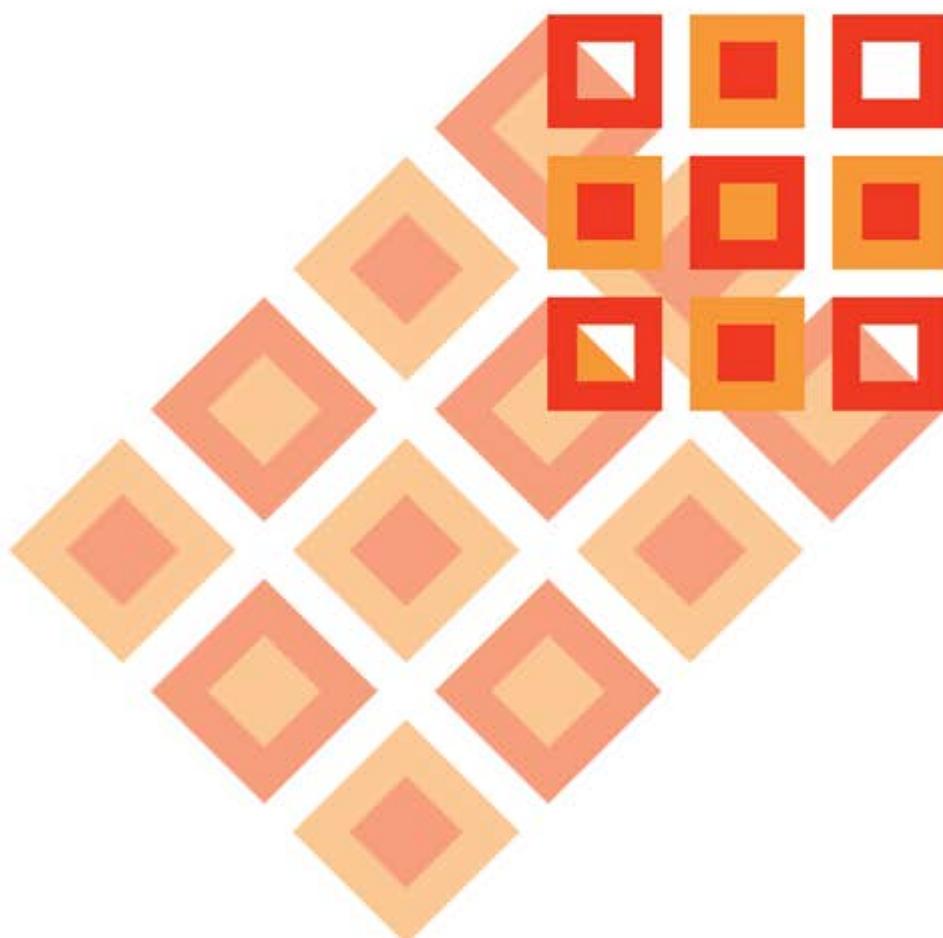


# CARTA SOCIAL

## *REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS*

### **RELATÓRIO 2018**

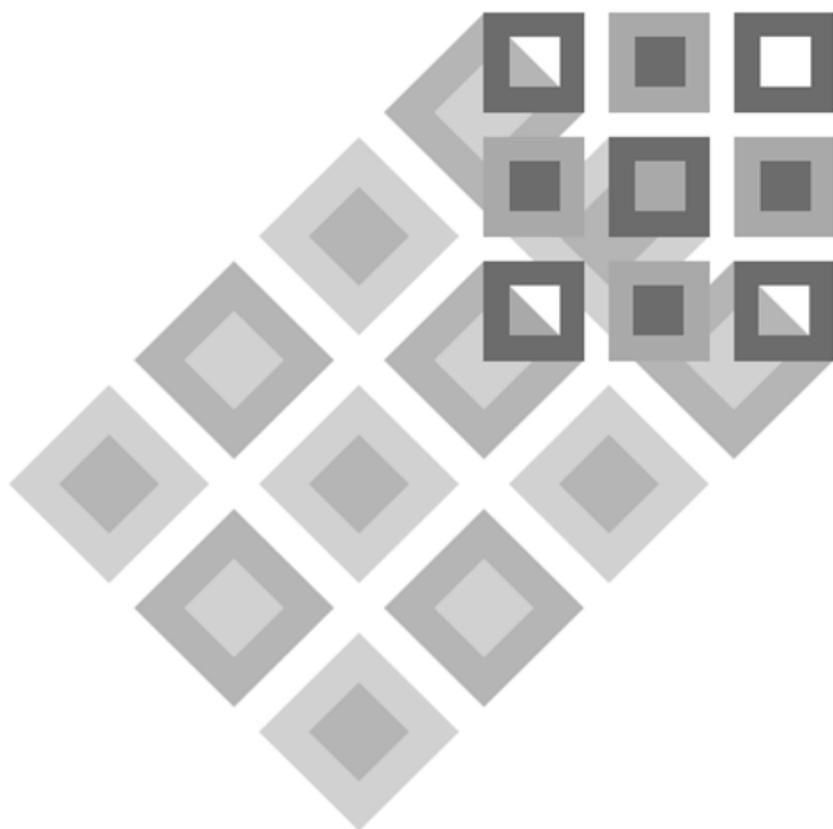




# CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS  
E EQUIPAMENTOS*

**RELATÓRIO 2018**



© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

***CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2018***

**Coordenação:** GEP/MTSSS

**Colaboração:** ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

**Email:** [cartasocial@gep.mtsss.pt](mailto:cartasocial@gep.mtsss.pt)

**Página:** [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt); [www.gep.mtsss.gov.pt](http://www.gep.mtsss.gov.pt)

**ISBN:** 978-972-704-430-6

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Lisboa, 30 de outubro de 2019

# Índice

1. Nota introdutória .....	11
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos .....	12
2.1 Entidades Proprietárias .....	12
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas .....	12
2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias.....	13
2.2 Equipamentos Sociais.....	14
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas .....	14
2.2.2. Distribuição territorial .....	15
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados .....	16
2.3 Respostas Sociais.....	18
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo.....	18
2.3.2. Distribuição territorial .....	19
2.3.3. Respostas sociais novas.....	20
2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes .....	21
3. Respostas sociais por população-alvo.....	22
3.1 Crianças e Jovens.....	22
3.1.1. Número de respostas sociais.....	22
3.1.2. Capacidade .....	23
3.1.3. Distribuição territorial .....	24
3.1.4. Taxa de cobertura .....	26
3.1.5. Taxa de utilização .....	27
3.1.6. Funcionamento .....	29
3.1.7. Caracterização dos utentes.....	32
3.1.8. Caracterização da resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito da Carta Social .	33
3.2 Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência.....	34
3.2.1. Número de respostas sociais.....	34
3.2.2. Capacidade .....	35
3.2.3. Distribuição territorial.....	36
3.2.4. Taxa de cobertura .....	37
3.2.5. Taxa de utilização .....	38
3.2.6. Funcionamento .....	39
3.2.7. Caracterização dos utentes.....	40
3.3 Pessoas Idosas .....	43

3.3.1.	Número de respostas sociais.....	43
3.3.2.	Capacidade .....	44
3.3.3.	Distribuição territorial.....	45
3.3.4.	Taxa de cobertura .....	47
3.3.5.	Taxa de utilização .....	48
3.3.6.	Funcionamento .....	49
3.3.7.	Caraterização dos utentes.....	49
3.4	Família e Comunidade.....	52
3.4.1.	Número de respostas sociais.....	52
3.4.2.	Capacidade .....	53
3.4.3.	Distribuição territorial.....	53
3.4.4.	Taxa de utilização .....	54
3.4.5.	A resposta social Acolhimento Familiar .....	54
3.5	Pessoas Toxicodependentes .....	57
3.5.1.	Número de respostas sociais.....	57
3.5.2.	Capacidade .....	57
3.5.3.	Distribuição territorial.....	58
3.5.4.	Taxa de utilização .....	58
3.6	Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias .....	59
3.6.1.	Número de respostas sociais.....	59
3.6.2.	Capacidade .....	59
3.6.3.	Distribuição territorial.....	60
3.6.4.	Taxa de utilização .....	60
3.7	Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico .....	61
3.7.1.	Respostas sociais.....	61
3.7.2.	Capacidade .....	61
3.7.3.	Distribuição territorial.....	62
3.7.4.	Taxa de utilização .....	62
4.	Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público .....	63
4.1.	Despesa de funcionamento.....	63
4.2.	Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação.....	64
ANEXOS	.....	65
Nomenclaturas e Conceitos	.....	66

## Índice de Figuras

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 1998-2018.....	12
Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2018.....	13
Figura 3 – Distribuição territorial e natureza jurídica das entidades proprietárias, por NUTS II – 2018.....	13
Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2018.....	14
Figura 5 – Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 1998-2018.....	15
Figura 6 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018.....	15
Figura 7 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2018.....	15
Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B) – 2018.....	16
Figura 9 – Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2018 (%).....	17
Figura 10 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos (A) e dos equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018.....	17
Figura 11 – Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2018.....	17
Figura 12 – Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente – 1998-2018.....	18
Figura 13 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2018.....	18
Figura 14 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2018.....	19
Figura 15 – Distribuição percentual das respostas sociais, por NUTS II e população-alvo – 2018.....	19
Figura 16 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2018.....	20
Figura 17 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018.....	20
Figura 18 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2018.....	20
Figura 19 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2018.....	21
Figura 20 – Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 1998-2018.....	21
Figura 21 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 1998-2018.....	22
Figura 22 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 1998-2018 <sup>1</sup> .....	22
Figura 23 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018.....	23
Figura 24 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 1998-2018.....	23
Figura 25 – Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2018.....	23
Figura 26 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2018.....	24
Figura 27 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2018.....	25
Figura 28 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2018.....	25
Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2018.....	25
Figura 30 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2018.....	26
Figura 31 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2018.....	27
Figura 32 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2018.....	27
Figura 33 – Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2005-2018.....	28
Figura 34 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2005-2018.....	28
Figura 35 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2018.....	28

Figura 36 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2018.....	29
Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2018.....	29
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2018.....	30
Figura 39 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2018.....	30
Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2018.....	30
Figura 41 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2018.....	31
Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2018.....	31
Figura 43 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2018 .....	31
Figura 44 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2018.....	31
Figura 45 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2018 .....	32
Figura 46 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 1998-2018.....	34
Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 1998-2018.....	34
Figura 48 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 1998-2018.....	35
Figura 49 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente – 1998-2018 .....	35
Figura 50 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, por distrito – 2018 .....	36
Figura 51 – Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2018.....	36
Figura 52 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2006-2018.....	37
Figura 53 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2018 .....	37
Figura 54 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2018.....	38
Figura 55 – Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2018 .....	38
Figura 56 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2018.....	39
Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2018 .....	39
Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2018 .....	39
Figura 59 – Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2018.....	40
Figura 60 – Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2018 .....	40
Figura 61 – Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2018 .....	40
Figura 62 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2018 .....	40
Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2018 .....	40
Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2018 .....	41
Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2018.....	41
Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2018 .....	42

Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2018.....	42
Figura 68 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 1998-2018 .....	43
Figura 69 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 1998-2018.....	43
Figura 70 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 1998-2018 ....	44
Figura 71 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente – 1998-2018.....	44
Figura 72 – Relação entre a População Idosa ( $\geq 65$ anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2018.....	45
Figura 73 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2018 .....	46
Figura 74 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2018 .....	46
Figura 75 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2018.....	46
Figura 76 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2008-2018 .....	47
Figura 77 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2018.....	47
Figura 78 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 1998-2018.....	48
Figura 79 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2018.....	48
Figura 80 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2018.....	49
Figura 81 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2018 .....	49
Figura 82 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2018 .....	49
Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2018 .....	50
Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia, ERPI e SAD por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2018 .....	50
Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2018.....	51
Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2018 .....	51
Figura 87 – Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 1998-2018.....	52
Figura 88 – Evolução da capacidade nas principais respostas para a Família e Comunidade, Continente – 1998-2018.....	53
Figura 89 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2018 .....	53
Figura 90 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 1998-2018 .....	54
Figura 91 – Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito – 2018 .....	55
Figura 92 – Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2018 .....	56
Figura 93 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2018.....	56
Figura 94 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 1998-2018 .....	57
Figura 95 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 1998-2018.....	57
Figura 96 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2018.....	58
Figura 97 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 1998-2018.....	58
Figura 98 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 1998-2018 .....	59
Figura 99 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 1998-2018.....	59

Figura 100 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2018 .....	60
Figura 101 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 1998-2018.....	60
Figura 102 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2018 .....	61
Figura 103 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2018 .....	61
Figura 104 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2018.....	62
Figura 105 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2018 .....	62
Figura 106 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2018.....	63
Figura 107 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2018 .....	63
Figura 108 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2018 .....	63
Figura 109 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2018.....	64

## 1. Nota introdutória

A **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais** (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A **Carta Social** - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES - apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da Carta Social é realizada por via eletrónica, anualmente, junto das entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros para o Estado. Paralelamente é também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, IP), que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a **31 de dezembro de 2018**, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento. De referir, ainda, que o relatório que se apresenta integra, desde 2015, elementos relativos à resposta de Educação Pré-Escolar.

## 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

### 2.1 Entidades Proprietárias

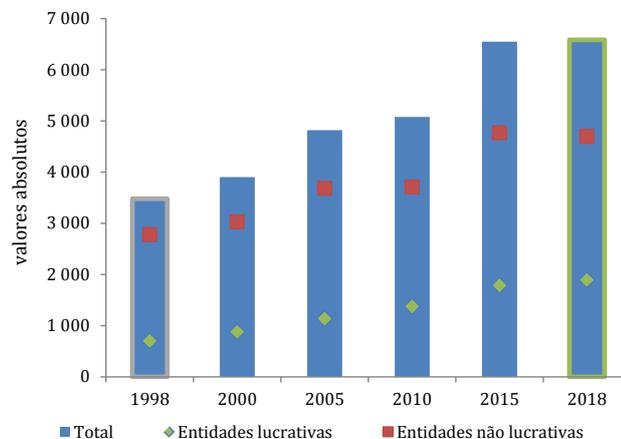
No âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, é considerada **entidade proprietária** qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

#### 2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

No contexto da análise deste Relatório, as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As **entidades lucrativas** congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as **entidades não lucrativas** compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Entre os anos de 1998 e 2018, o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais registou um acréscimo de 89 %, sendo preponderante o peso relativo das entidades não lucrativas. Desde 2015, o número de entidades proprietárias tem revelado, todavia, alguma estabilização, particularmente das entidades não lucrativas.

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>

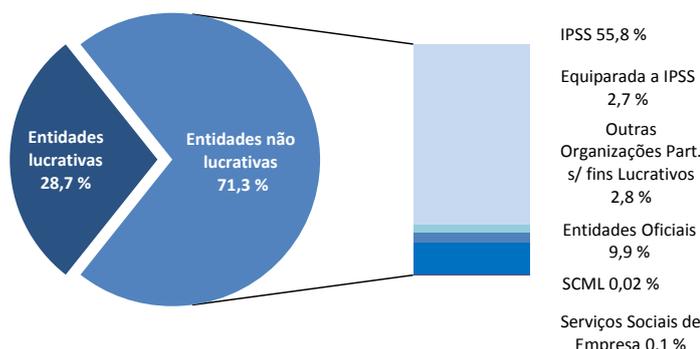


<sup>1</sup>Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais).

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2018, por referência a 31 de dezembro, o universo era composto por cerca de 6 500 entidades, das quais 71 % não lucrativas.

Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias

No total das mais de 6500 entidades proprietárias, a região Norte apresentava o maior peso relativo de entidades proprietárias de equipamentos sociais (30 %), para além de apresentar a maior percentagem de entidades não lucrativas (cerca de 33 %). A Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentrava quase metade (aproximadamente 48 %) das entidades lucrativas.

Figura 3 – Distribuição territorial e natureza jurídica das entidades proprietárias, por NUTS II – 2018

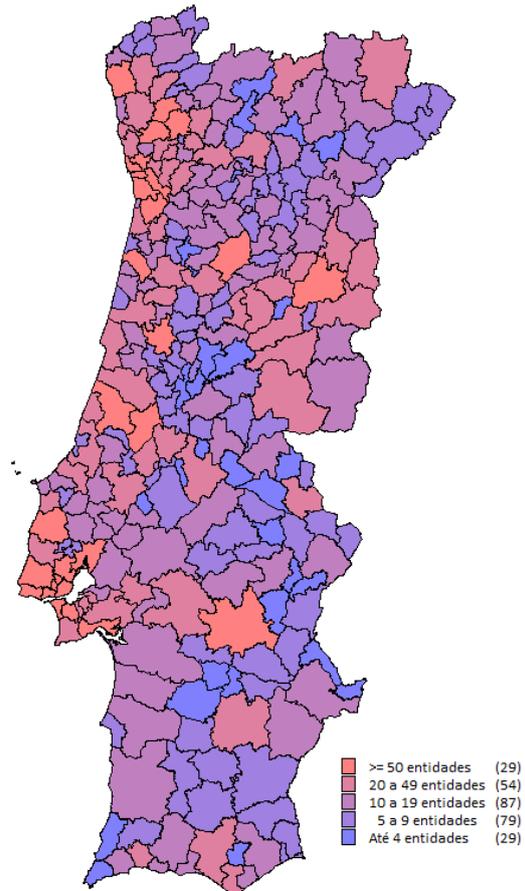
NUTS II	Total	Entidades lucrativas	Entidades não lucrativas
Norte	30,2	23,6	32,8
Centro	28,5	19,6	32,1
Área Metropolitana de Lisboa	27,9	47,7	20,0
Alentejo	9,9	5,5	11,7
Algarve	3,5	3,6	3,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível concelhio, embora não se identifique um padrão claro de distribuição, nota-se uma concentração de entidades proprietárias de equipamentos sociais nos municípios ao longo da faixa litoral, designadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Dos 278 concelhos do Continente, 170 (61 %) reunia 10 ou mais entidades proprietárias de equipamentos em 2018.

Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## 2.2 Equipamentos Sociais

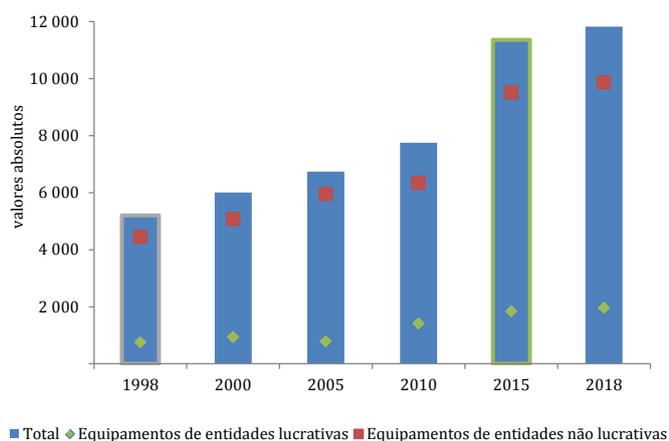
No contexto da RSES é considerado **equipamento social** toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

### 2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

A evolução do número de equipamentos sociais entre 1998-2018 revela um crescimento de 127 %, sobretudo no que respeita aos equipamentos de entidades não lucrativas.

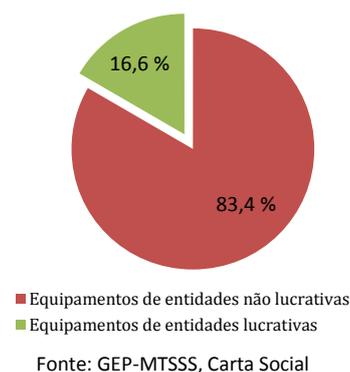
Em 2018, dos 11 500 equipamentos sociais em funcionamento, 83 % eram propriedade de entidades não lucrativas, i.e., equipamentos das redes pública e solidária, confirmando a importância destes setores no âmbito da proteção social às populações. No ano em análise, a proporção de equipamentos de entidades não lucrativas versus equipamentos de entidades lucrativas fixou-se em cinco para um.

Figura 6 – Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 1998-2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 5 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.2.2. Distribuição territorial

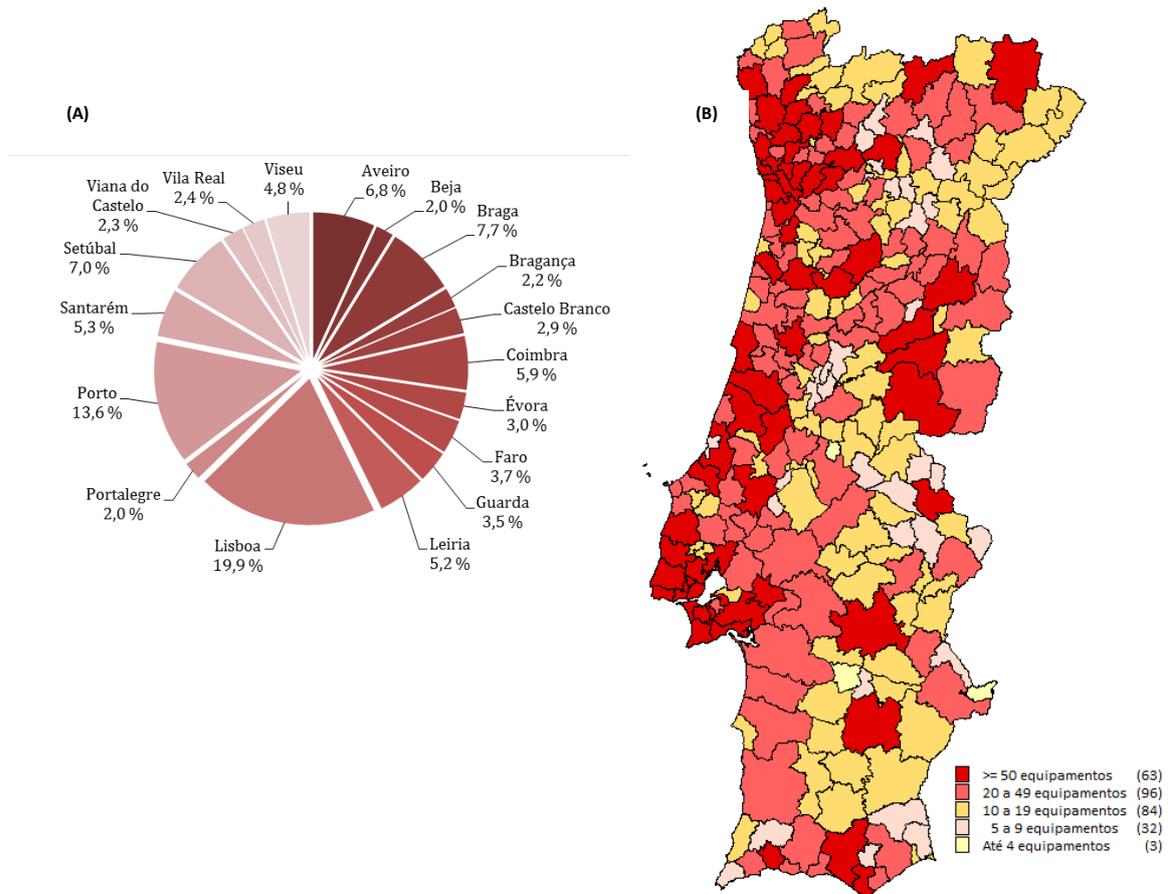
À semelhança do observado a propósito das entidades, a região Norte apresentava também a maior proporção do total equipamentos sociais (32 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34 %). Os equipamentos de entidades privadas-lucrativas continuavam a apresentar em 2018 uma elevada concentração na AML (48 %).

Figura 7 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2018

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,3	23,5	34,1
Centro	29,4	19,4	31,4
Área Metropolitana de Lisboa	24,0	47,9	19,3
Alentejo	10,5	5,5	11,5
Algarve	3,7	3,7	3,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B) – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial dos equipamentos sociais revelava uma disseminação destas infraestruturas por todo o Continente, sendo notória uma maior concentração nos distritos e concelhos dispostos ao longo da faixa litoral do território. A nível concelhio a maioria (159) dos 278 municípios do Continente dispunha de vinte ou mais equipamentos.

### 2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados<sup>1</sup>

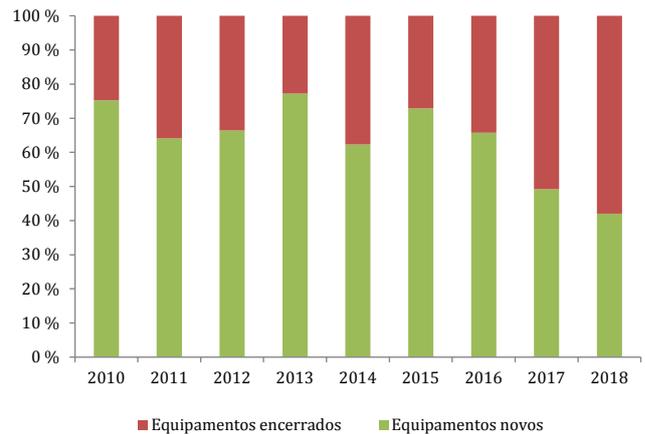
A evolução do número de equipamentos que entraram em funcionamento e que encerraram entre 2010 e 2018 tem apresentado oscilações, situação que não será alheia às alterações socioeconómicas ocorridas durante esse período e a própria mobilização das entidades proprietárias de equipamentos em momentos de maior ou menor necessidade das populações.

<sup>1</sup>Consideram-se equipamentos sociais novos e equipamentos sociais encerrados os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano de 2018, respetivamente. Não foram consideradas nesta análise as respostas de Educação Pré-Escolar.

No ano de 2018, o número de equipamentos encerrados foi superior ao número de equipamentos que entraram em funcionamento, tal como já tinha acontecido no ano anterior.

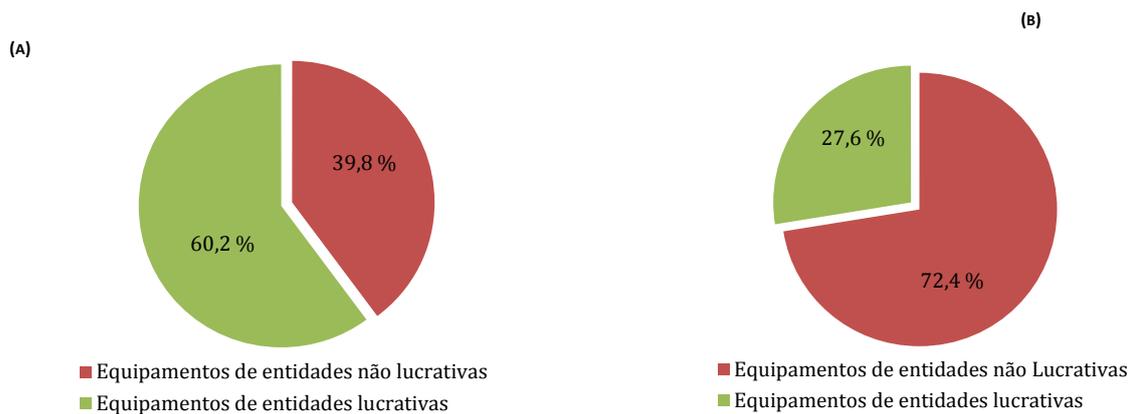
Os equipamentos de entidades não lucrativas apresentaram, em 2018, um peso relativo superior no universo de equipamentos que encerraram nesse ano (72%), contrariamente aos equipamentos de entidades lucrativas que constituíram a maioria no conjunto de equipamentos que iniciaram o funcionamento (60%).

Figura 9 – Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2018 (%)



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 10 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos (A) e dos equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018

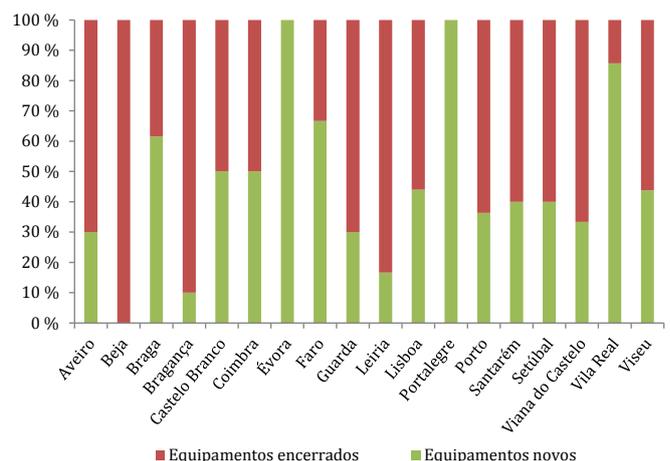


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2018, à exceção de Braga, Évora, Faro e Vila Real, a maioria dos distritos registou uma proporção de equipamentos encerrados superior à de equipamentos novos.

Apenas nos distritos de Évora e Portalegre não se registou qualquer encerramento em 2018.

Figura 11 – Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## 2.3 Respostas Sociais

As **repostas sociais** podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) **Crianças e Jovens**; (2) **Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade**; (3) **Pessoas Idosas** e (4) **Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade**.

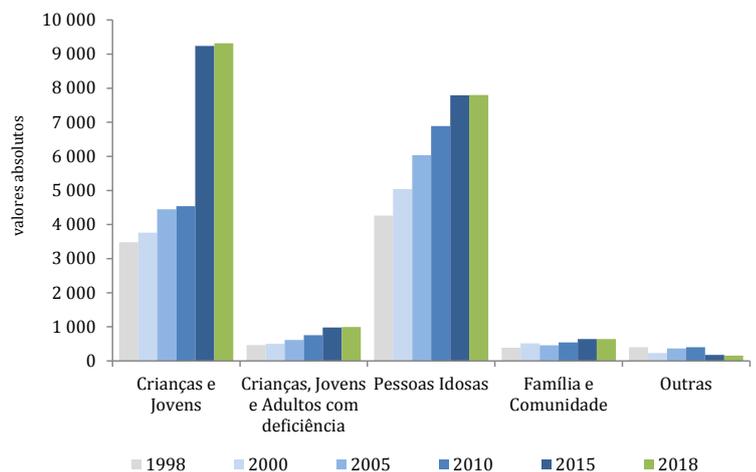
### 2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais que compõem a RSES conheceu um crescimento de 110 % desde 1998, particularmente evidente nas respostas que visam o apoio a crianças e jovens, pessoas com deficiência e a pessoas idosas.

As respostas destinadas às crianças e jovens representavam, em 2018, 49 % do universo de respostas, enquanto 41 % diziam respeito a respostas dirigidas às pessoas idosas.

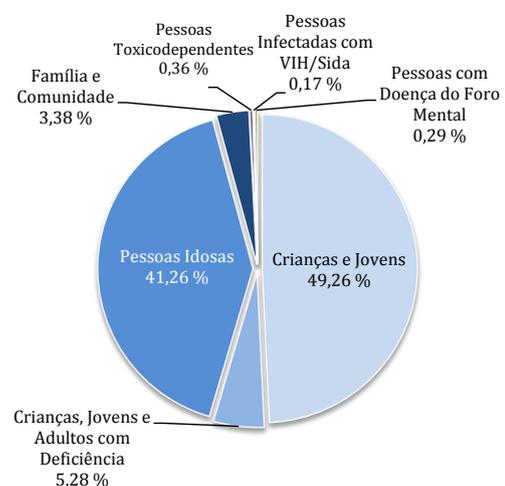
As respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência apresentaram o maior crescimento (116 %) no período 1998-2018, tendo duplicado o seu número, atingindo cerca um milhar de respostas em 2018.

Figura 12 – Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente – 1998-2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 13 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2018



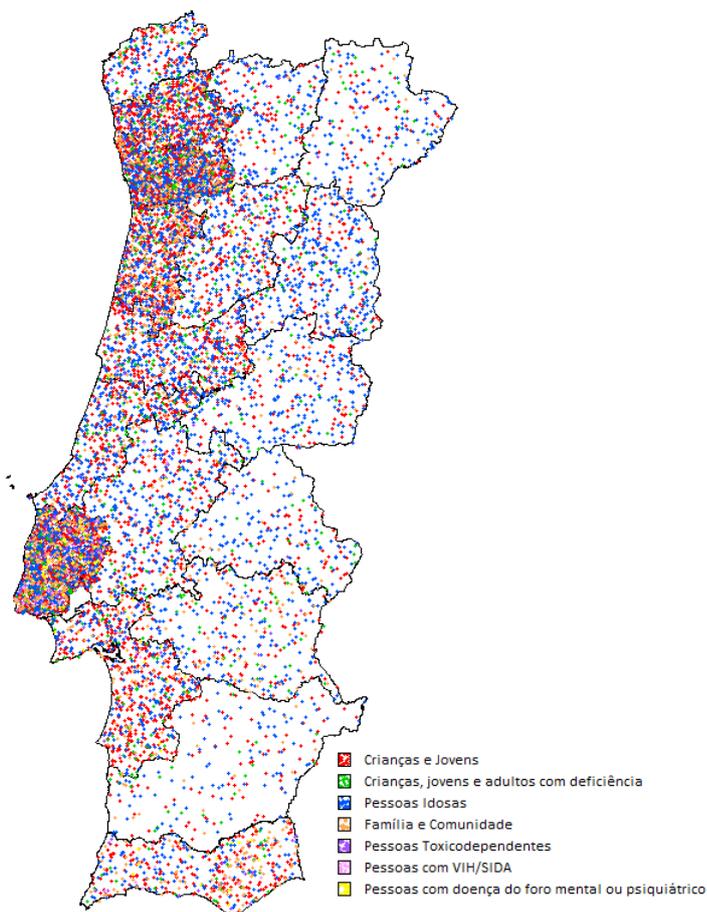
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.3.2. Distribuição territorial

O mapa de distribuição territorial das respostas sociais em funcionamento, em 2018, coloca em evidência a elevada disseminação de respostas para as diferentes populações-alvo por todo o território continental. Todavia é notória uma concentração de respostas nos distritos mais populosos da faixa litoral, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em torno da Área Metropolitana do Porto (AMP).

São igualmente visíveis diferenças a nível regional em termos de tipologia de resposta. À semelhança de anos anteriores, a região Norte apresentava um peso relativo superior de respostas dirigidas às *Crianças e Jovens*, *Crianças, Jovens e Adultos com deficiência* e *Família e Comunidade*, enquanto a região Centro dispunha de mais  $\frac{1}{3}$  das respostas em funcionamento para apoio à população idosa. A Área Metropolitana de Lisboa apresentava, por seu turno, mais de 50 % das respostas dirigidas a grupos específicos no âmbito da *Família e Comunidade*, designadamente pessoas com doença do foro mental, pessoas toxicodependentes e pessoas com VIH/ SIDA.

Figura 14 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 15 – Distribuição percentual das respostas sociais, por NUTS II e população-alvo – 2018

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (%)	Pessoas Idosas (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	34,0	33,5	31,2	30,4	16,8
Centro	27,6	29,5	37,1	24,6	14,8
Área Metropolitana de Lisboa	25,7	22,4	15,5	27,4	51,0
Alentejo	8,5	11,8	13,1	9,5	5,8
Algarve	4,2	2,8	3,1	8,1	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.3.3. Respostas sociais novas<sup>2</sup>

À semelhança dos equipamentos, a evolução do número de respostas sociais que entraram em funcionamento entre 2010 e 2018 verificam algumas oscilações neste período e que poderão encontrar explicações diversas, incluindo as mudanças socioeconómicas ocorridas ao longo desta década.

Cerca de 59 % das respostas sociais que entraram em funcionamento em 2018 foram desenvolvidas por entidades não lucrativas, particularmente da rede solidária, o que revela o dinamismo das entidades que integram a economia social.

Braga, Coimbra, Lisboa, Porto Santarém, Setúbal e Viseu foram os distritos que registaram o maior número de novas respostas durante o ano de 2018, sendo que em conjunto representavam 70 % do total.

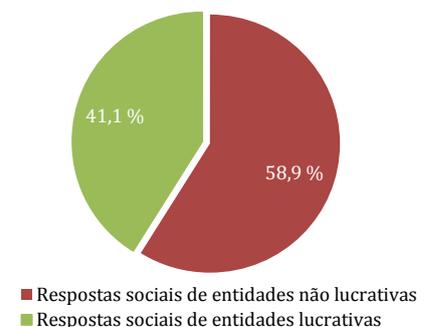
No que diz respeito à tipologia das respostas sociais que entraram em funcionamento, 67 % eram dirigidas a pessoas idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia), o que continua a indicar, à semelhança de anos anteriores, as necessidades ainda existentes no âmbito do apoio à população idosa.

Figura 16 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2018



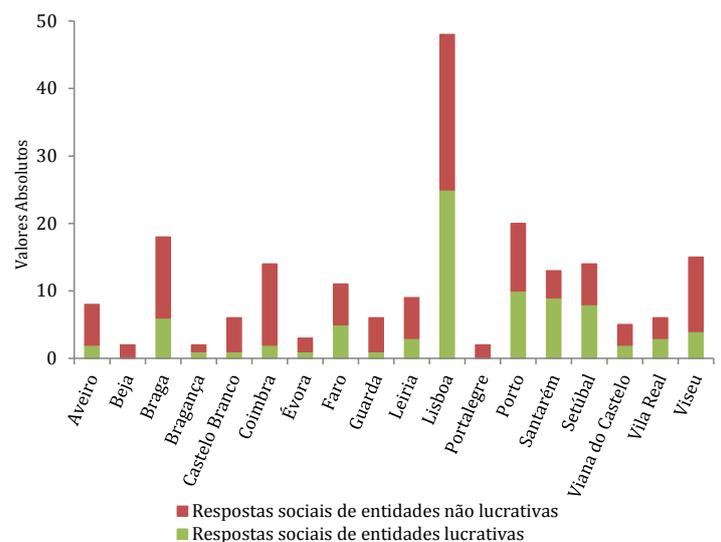
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 17 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

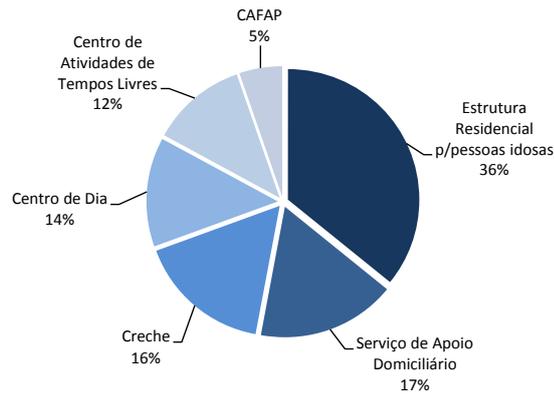
Figura 18 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>2</sup> Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2018. Não foram consideradas nesta análise as respostas de Educação Pré-Escolar.

Figura 19 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2018

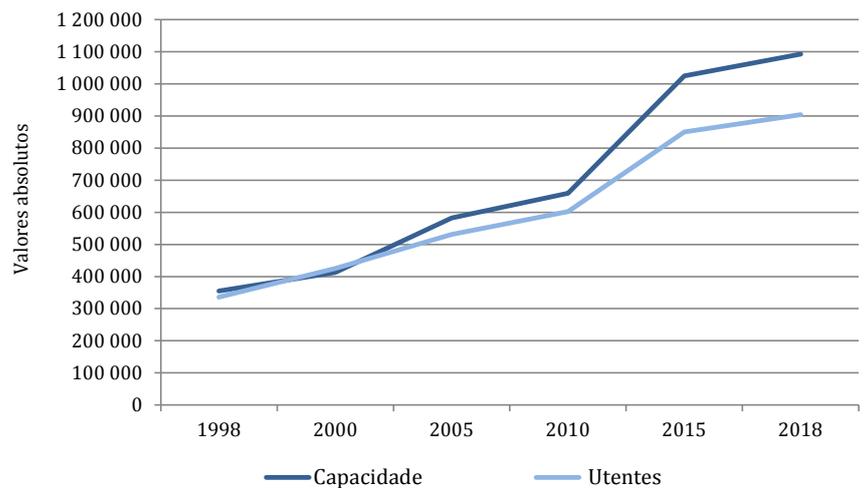


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

Entre os anos 1998 e 2018, a capacidade instalada (número total de lugares) do universo de respostas sociais que compõem a RSES apresentou um aumento de 208 %, contabilizando-se, em 2018, cerca de um milhão e cem mil lugares.

Figura 20 – Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 1998-2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3. Respostas sociais por população-alvo

#### 3.1 Crianças e Jovens

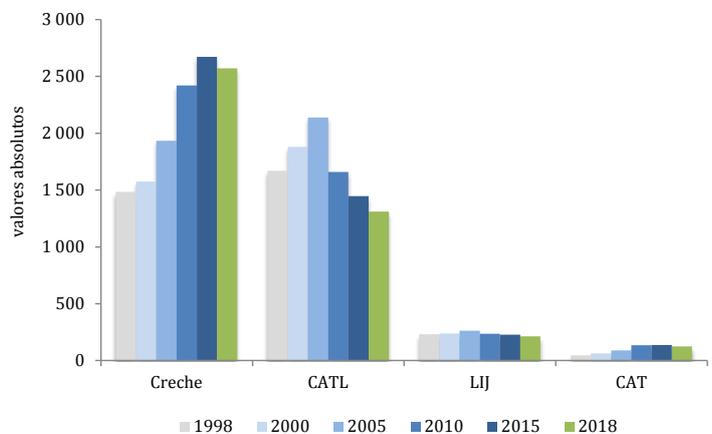
As respostas sociais dirigidas a **Crianças e Jovens** englobam a **Creche e a Ama**<sup>3</sup>, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a **Educação Pré-Escolar**<sup>4</sup>, o **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)**, o **Centro de Acolhimento Temporário (CAT)**, o **Lar de Infância e Juventude (LIJ)** e o **Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)**, entre outras com menor expressão.

##### 3.1.1. Número de respostas sociais

Entre 1998 e 2018, as principais respostas sociais para Crianças e Jovens apresentaram uma evolução positiva (23 %), embora se verifiquem claras diferenças entre as várias respostas. Se por um lado, a resposta de CATL tem registado um decréscimo desde 2005 (-39 %), justificado em grande medida pela introdução do prolongamento do horário escolar, por outro lado, a resposta creche tem apresentado um crescimento constante (73 %) desde 1998, pese embora o ligeiro abrandamento dos últimos dois anos.

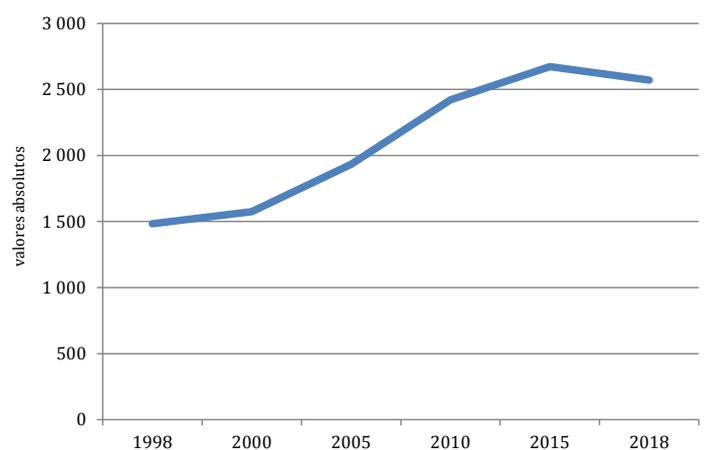
Em 2018, por referência a 31 de dezembro, contabilizaram-se no Continente 2570 creches, 76 % das quais propriedade de entidades não lucrativas, nomeadamente da rede

Figura 21 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 22 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



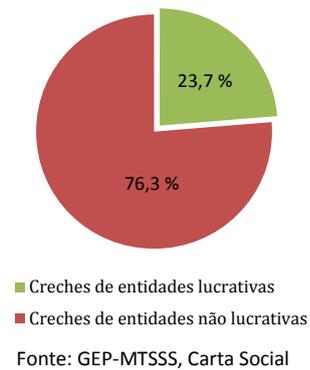
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

<sup>3</sup> Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

<sup>4</sup> Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, esta resposta será analisada de forma autónoma.

solidária. É de destacar que as entidades da rede solidária, que desenvolvem um papel fundamental ao nível dos cuidados à 1.ª infância, são maioritariamente apoiadas pelo Estado, através de acordos de cooperação<sup>5</sup>.

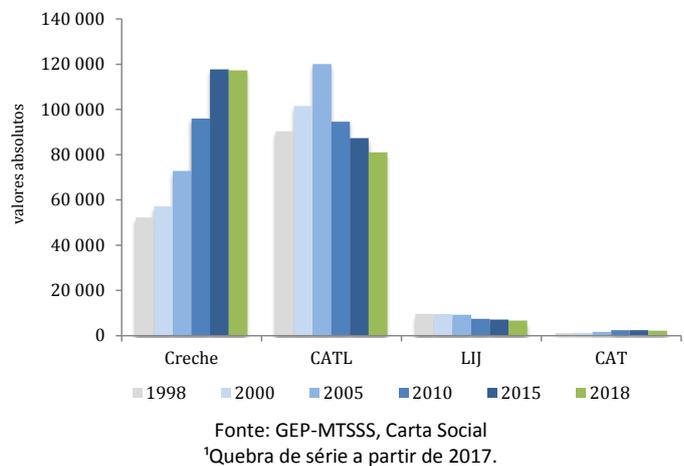
Figura 23 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2018



### 3.1.2. Capacidade

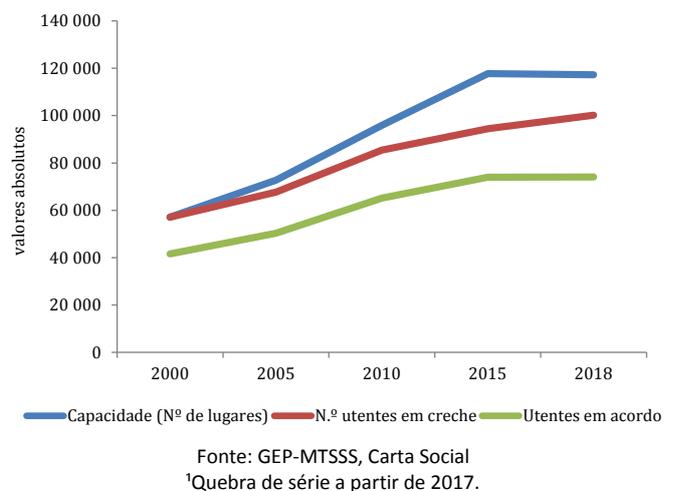
A capacidade (número de lugares) das principais respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens registou um crescimento de 35 % no período em análise, particularmente a resposta creche.

Figura 24 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



O número total de lugares em creche fixou-se em 2018 em 117 300, aproximadamente, 63 % dos quais comparticipados pelo Estado através de acordos de cooperação com entidades da rede solidária. O número de crianças que frequenta a resposta creche tem revelado, igualmente, um aumento expressivo, ultrapassando em 2018 as 100 000 crianças.

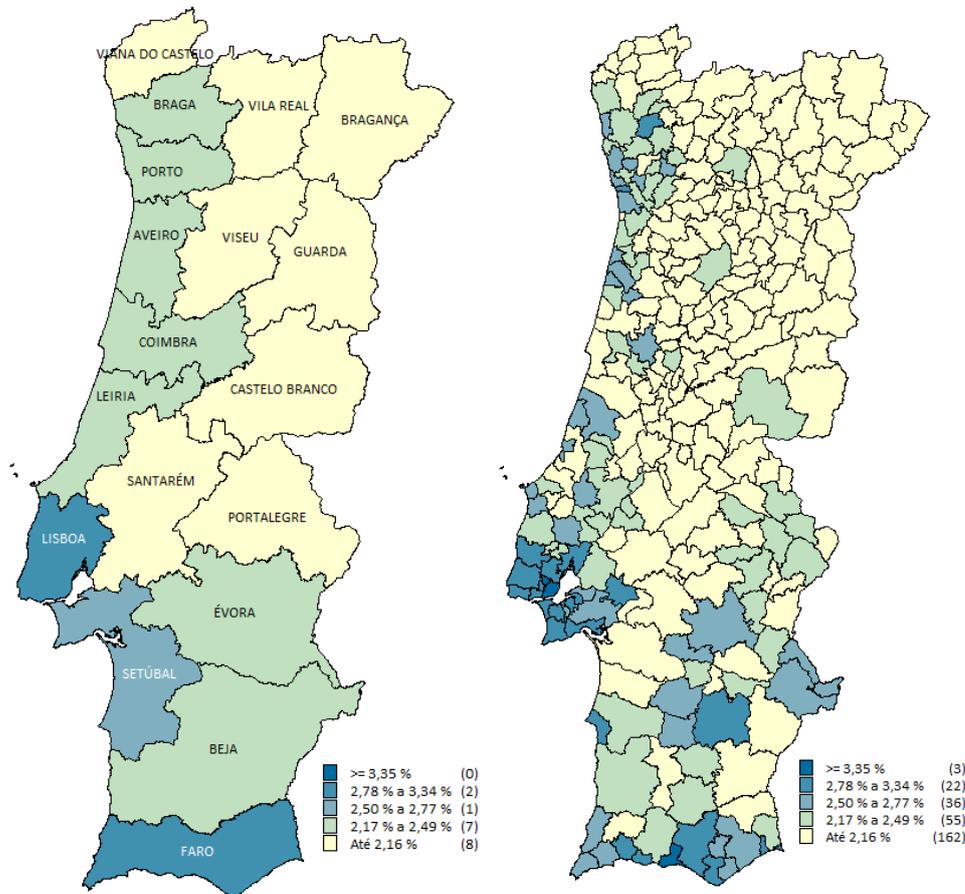
Figura 25 – Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2018<sup>1</sup>



<sup>5</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bianualmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

## 3.1.3. Distribuição territorial

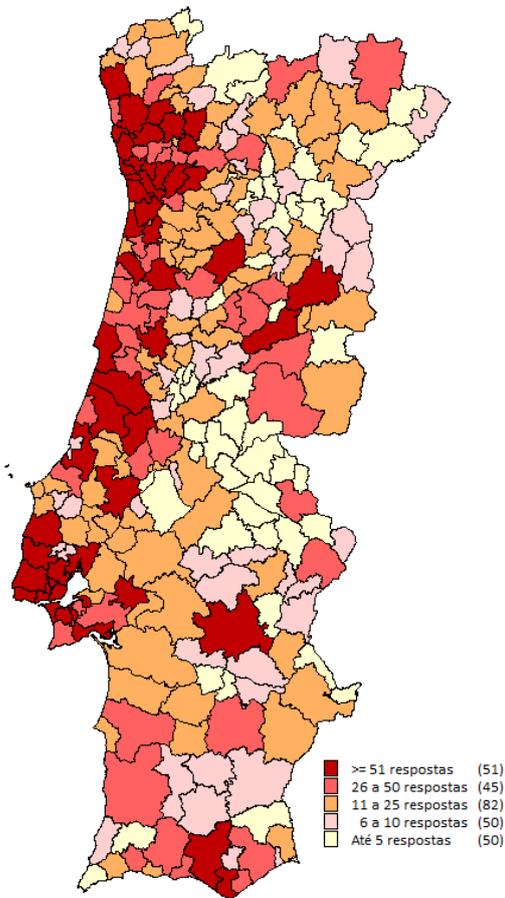
Figura 26 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2018



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018

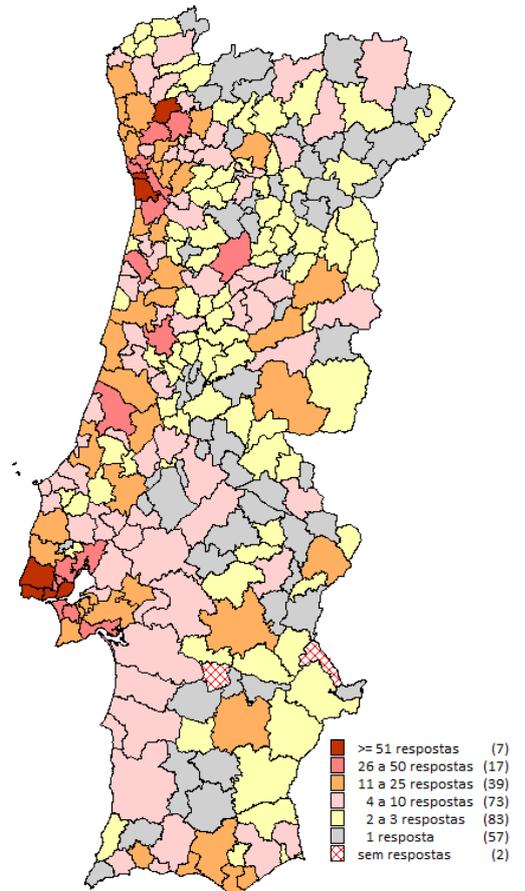
A relação entre população dos 0 aos 3 anos de idade e a população total no Continente dá conta das dicotomias existentes no país. Os territórios localizados junto à faixa litoral apresentavam, em 2018, as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, enquanto os territórios do interior do país registavam maioritariamente as menores percentagens de crianças nesta faixa etária. A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a grupo-alvo tem seguido, de alguma forma, este padrão de distribuição populacional, registando-se uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. Em 2018, cerca de 50 % dos concelhos (136) do território continental, concentrados sobretudo na faixa litoral norte e centro dispunha de quatro ou mais creches. De referir, ainda, que apenas em dois concelhos não existia qualquer oferta de creche.

Figura 27 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

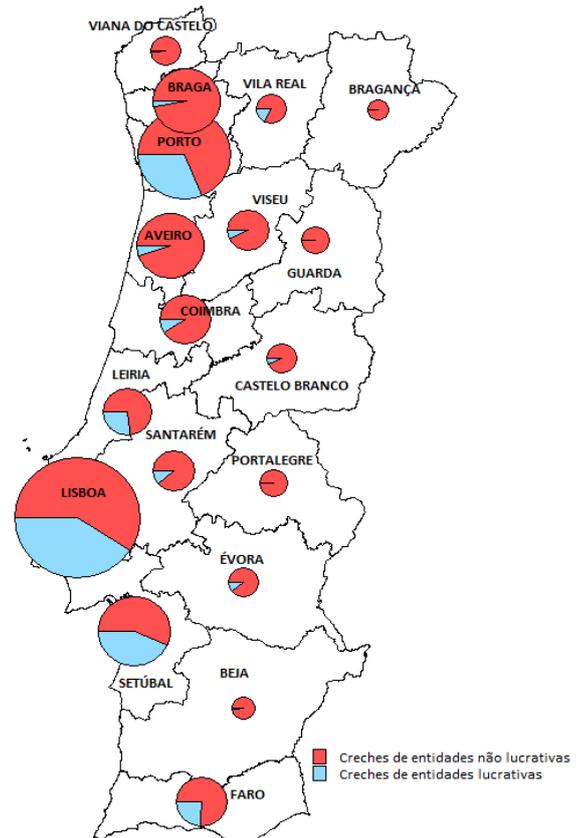
Figura 28 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2018

A oferta de creches, propriedade de entidades não lucrativas, era maioritária no território continental, em 2018. Apenas os distritos de Setúbal (44 %), Lisboa (41 %) e Porto (32 %) registaram um peso relativo de creches de entidades privadas-lucrativas superior a 30 %.



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.1.4. Taxa de cobertura

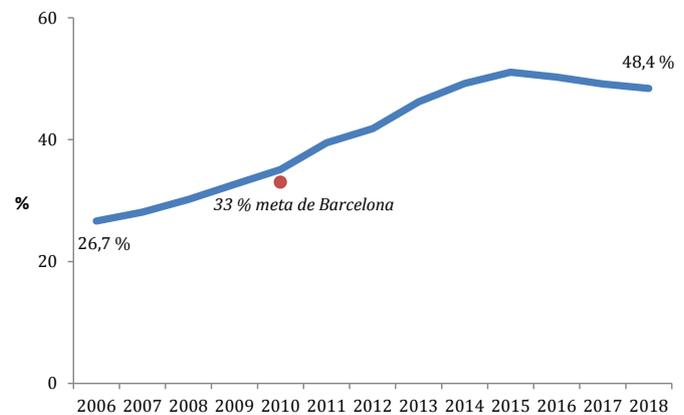
A taxa de cobertura<sup>6</sup> das respostas sociais para a 1.<sup>a</sup> infância<sup>7</sup> registou, entre 2006 e 2018, um crescimento de 82 %, passando de 26,7 % em 2006 para 48,4 % em 2018, acompanhando o aumento do número de lugares em creche.

A taxa de cobertura média no Continente, em 2018, situou-se em 48,4 %, traduzindo uma ligeira quebra iniciada em 2016 e que reflete, em parte, o aumento da população (4,3 % face a 2015) que se assistiu nesta faixa etária (0-3 anos).

Em termos territoriais, 89 % dos concelhos do Continente (248 em 278) apresentavam, em 2018, uma taxa de cobertura acima de 33 %<sup>8</sup>. De referir, ainda, que 60 % dos concelhos (167 em 278) registavam uma taxa de cobertura acima da média (48,4 %).

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, designadamente os distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, continuavam a ser os territórios com menor cobertura face à população residente. Em situação oposta, os territórios do interior, nomeadamente os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre registavam, em 2018, as taxas de cobertura mais elevadas de repostas para a 1.<sup>a</sup> infância.

Figura 30 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.<sup>a</sup> infância, Continente – 2006-2018<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social

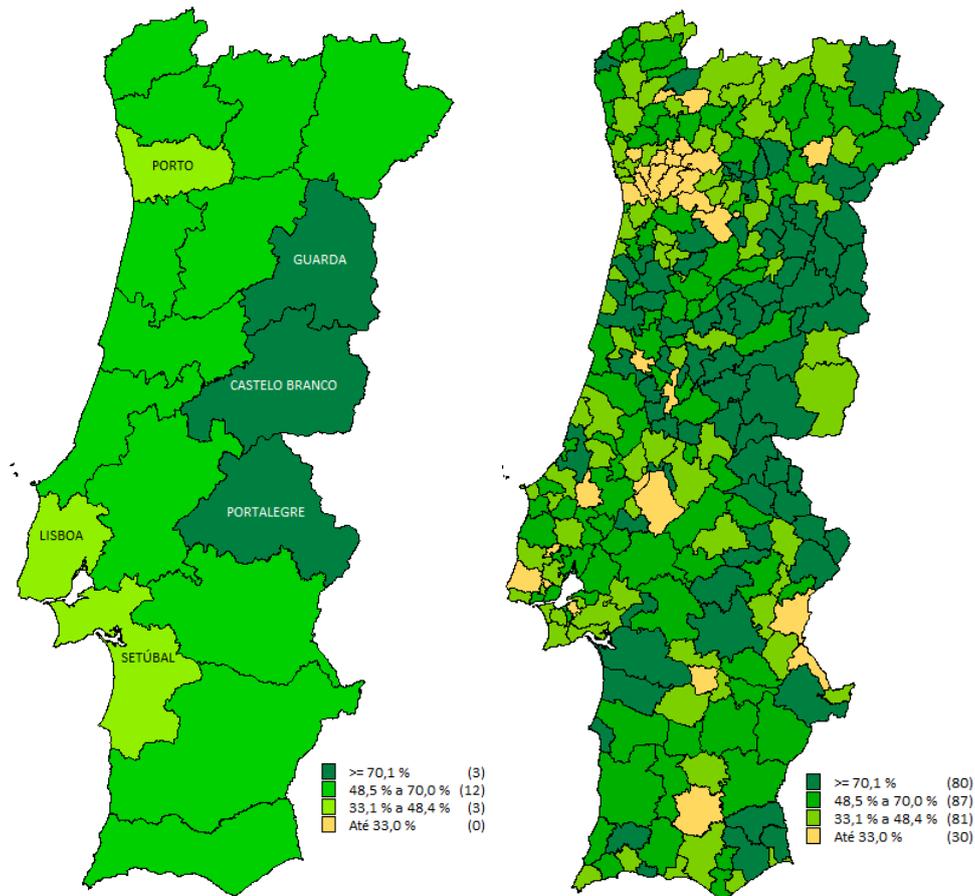
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

<sup>6</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da(s) resposta(s) em análise.

<sup>7</sup> Creche e Ama.

<sup>8</sup> Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

Figura 31 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2018

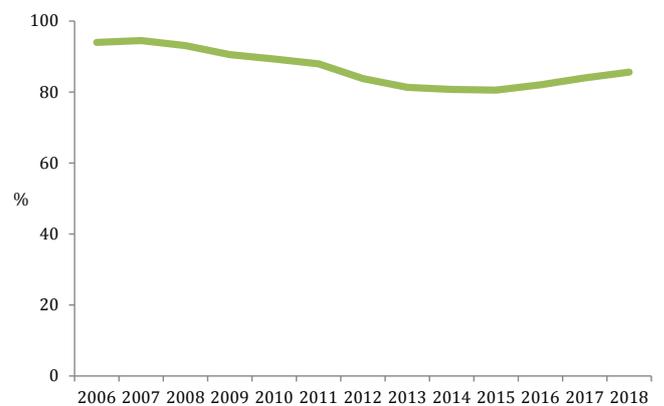


Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.1.5. Taxa de utilização

Após uma tendência de decréscimo entre 2006 e 2015 (-14,5 %), a taxa de utilização<sup>9</sup> média das respostas para a 1.ª infância regista, desde 2016, uma recuperação, tendo-se fixado, em 2018, em 85,5 %. Este crescimento da procura da resposta creche acompanha o aumento da população residente dos 0-3 anos desde 2016.

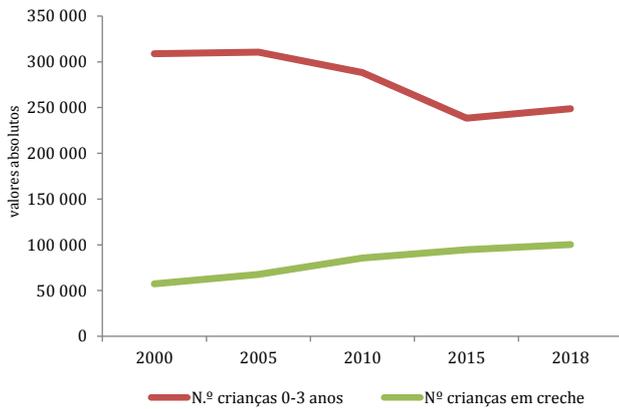
Figura 32 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

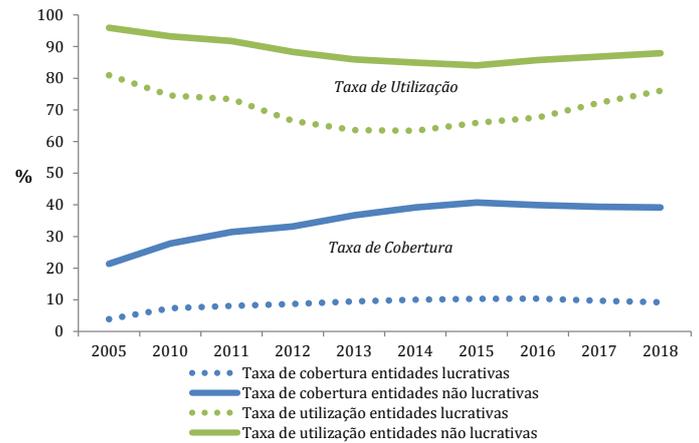
<sup>9</sup> Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes da(s) resposta(s) em análise.

Figura 34 – Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2005-2018<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

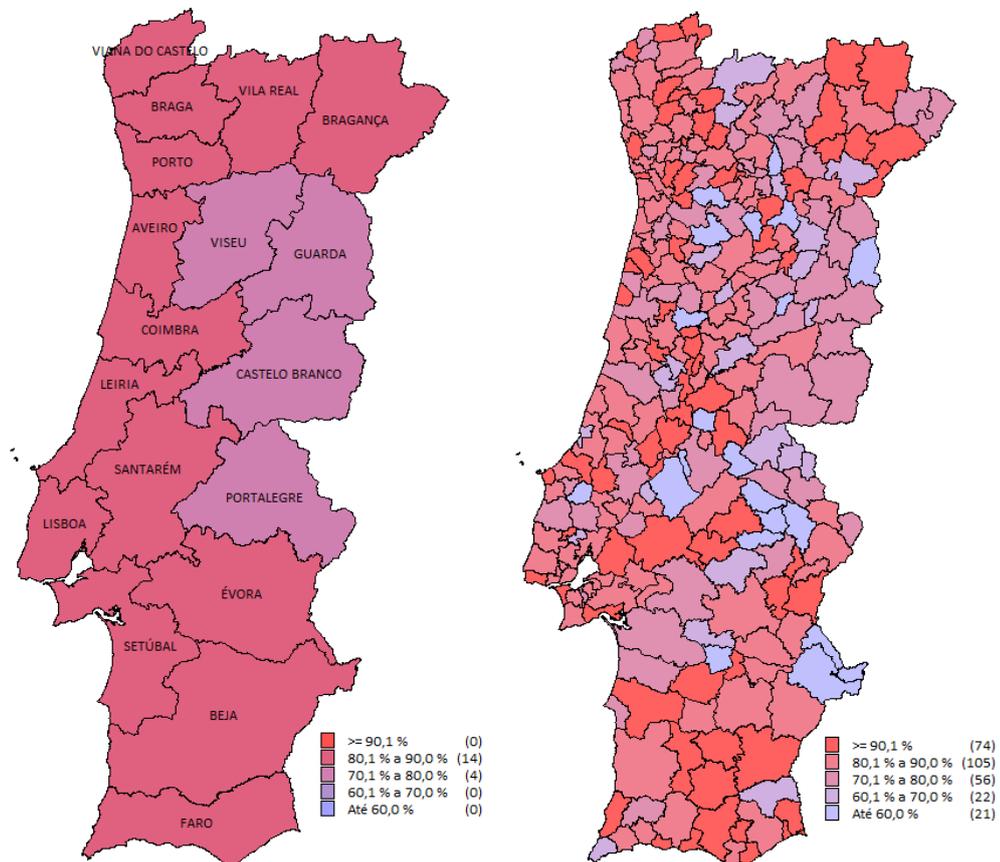
Figura 33 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2005-2018<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

O aumento da utilização das respostas para a 1.ª infância tem sido evidente nos últimos anos, independentemente da natureza jurídica da entidade proprietária da resposta. As creches pertencentes a entidades não lucrativas apresentaram, em 2018, uma taxa de utilização média de 87,9 %.

Figura 35 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2018



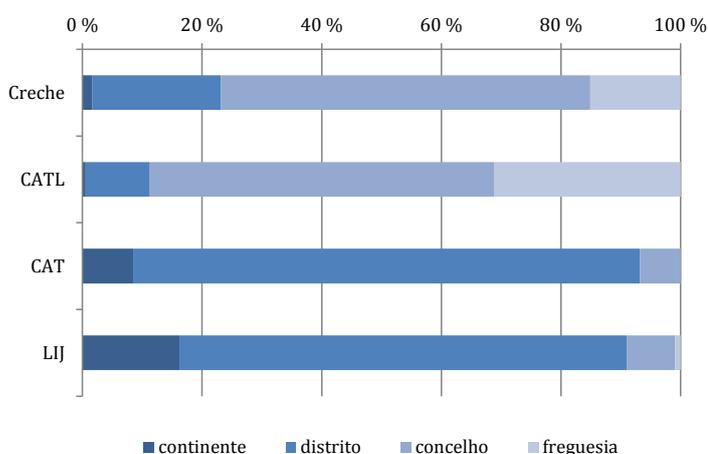
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em termos territoriais, embora não sendo possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral, mas também no Alentejo e Algarve. Os distritos do interior que registaram, em 2018, as taxas de cobertura mais elevadas (Guarda, Castelo Branco e Portalegre) são também os que apresentaram as taxas de utilização mais baixas.

### 3.1.6. Funcionamento

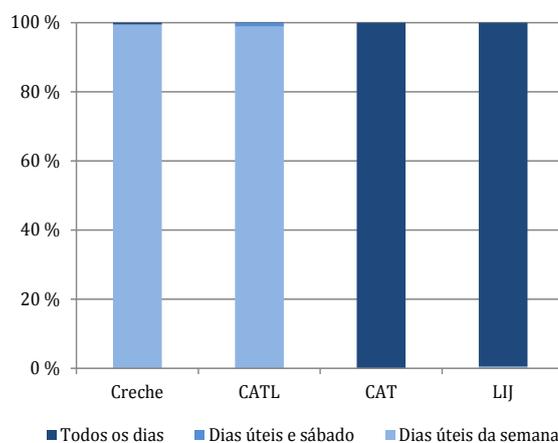
As respostas creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2018, maioritariamente crianças da própria freguesia ou concelho onde o equipamento estava instalado. No caso das respostas LIJ e CAT, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital, ou até mesmo continental em algumas situações.

Figura 36 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

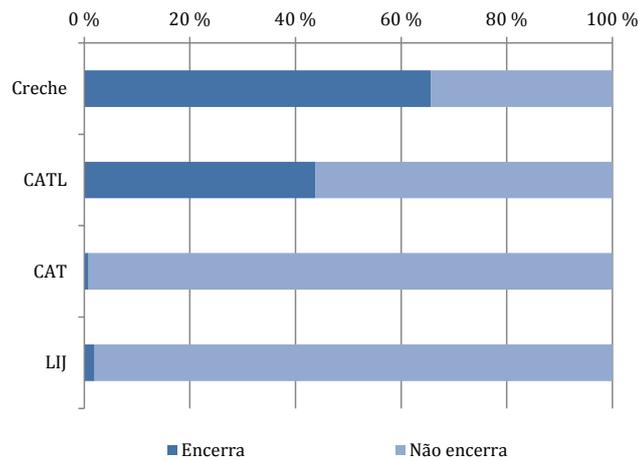
Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

O encerramento dos equipamentos por motivo de férias, embora tenha vindo a decrescer, ainda era uma realidade para 66 % das creches, em funcionamento em 2018, e para 44 % dos CATL.

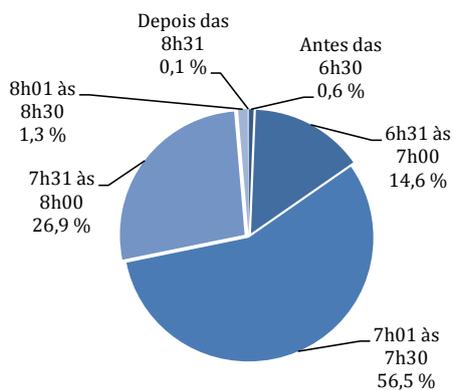
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

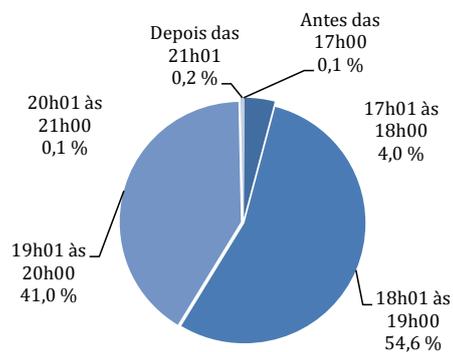
Os horários de abertura e encerramento têm conhecido, ao longo dos anos, um alargamento, permitindo às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Em 2018, a maioria das creches (83 %) abria entre as 7h01 e as 8h00 e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (55 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41 %). O CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos do horário escolar, iniciava, em 2018, as atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (68 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (53 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41 %).

Figura 39 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2018



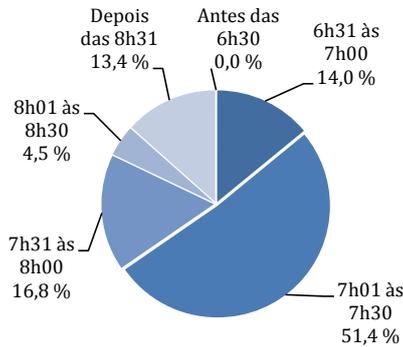
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2018



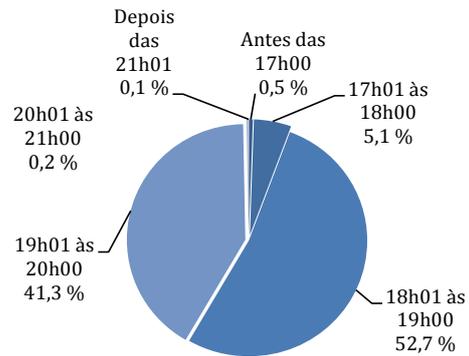
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

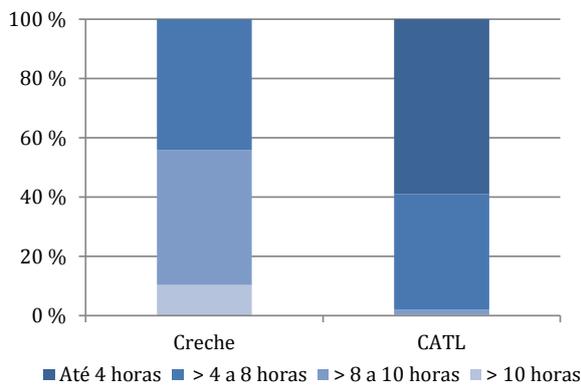
Figura 41 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

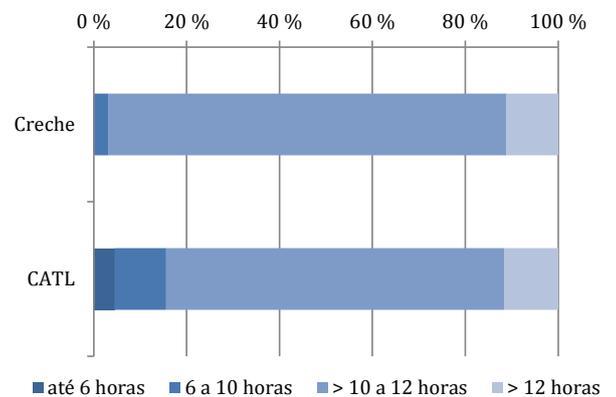
Cerca de 86 % das creches e 73 % dos CATL, em 2018, encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 45 % crianças frequentavam as creches até 8 horas e 46 % entre 8 e 10 horas diárias. Quanto ao CATL, para 59 % das crianças a frequência diária não vai além das 4 horas, uma vez que esta resposta funciona em complementaridade com a escola e a sua frequência restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores às responsabilidades escolares.

Figura 43 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 44 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2018

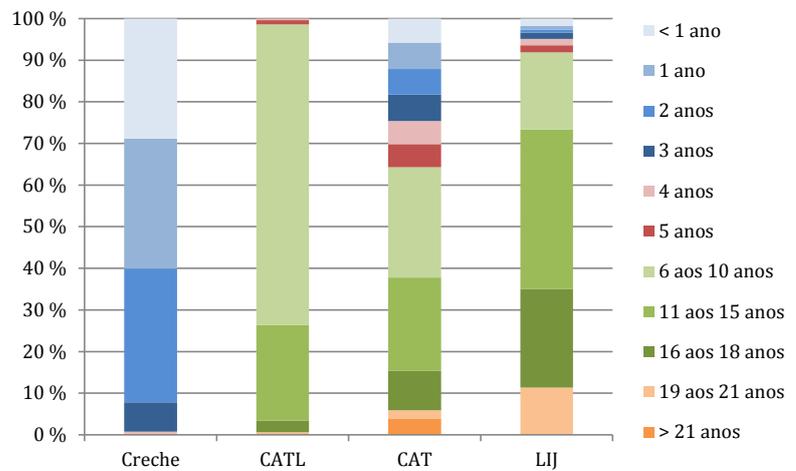


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.1.7. Caracterização dos utentes

Em 2018, do universo de crianças que frequentava a resposta creche cerca de 30 % tinha menos de um ano (berçário) e 63 % tinha entre um e dois anos. Quanto às crianças que frequentavam a resposta CATL, 95 % tinha entre seis e quinze anos de idade.

Figura 45 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

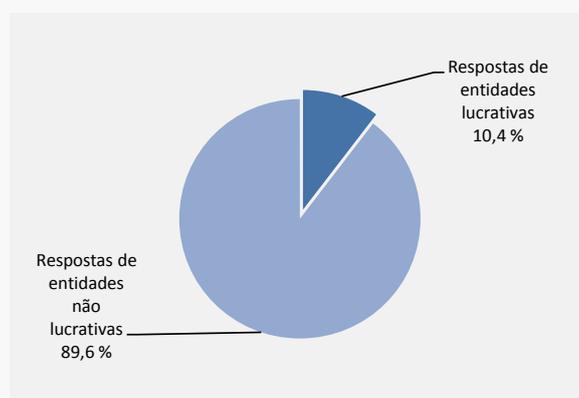
Já no que diz respeito às respostas CAT e LIJ, o

universo etário das crianças e jovens acolhidos é mais alargado. No caso dos CAT o público-alvo vai até aos dezoito anos, sendo que, em 2018, 62 % das crianças acolhidas tinha até dez anos de idade. Relativamente ao LIJ, 73 % das crianças e jovens acolhidos tinha mais de dez anos de idade.

### 3.1.8. Caracterização da resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito da Carta Social

A Educação Pré-Escolar consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2018, recolheu, pelo quarto ano consecutivo, informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar, pelo que os dados recolhidos poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança dos anos anteriores, a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2018, encontravam-se registadas na Carta Social 4 958 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, cerca de 90 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e. da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares aproximou-se dos 260 500, mais de 1/3 dos quais distribuídos pela região Norte.

*Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2018*



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

*Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2018*

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	36,2	22,2	37,8
Centro	28,4	11,3	30,4
Área Metropolitana de Lisboa	22,3	58,8	18,1
Alentejo	9,0	2,1	9,8
Algarve	4,1	5,6	3,9
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

*Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2018*

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	36,0	20,9	37,6
Centro	23,9	9,4	25,4
Área Metropolitana de Lisboa	27,7	61,6	24,3
Alentejo	7,8	2,1	8,4
Algarve	4,6	6,0	4,4
Continente	100,0	100,0	100,0

### 3.2 Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência

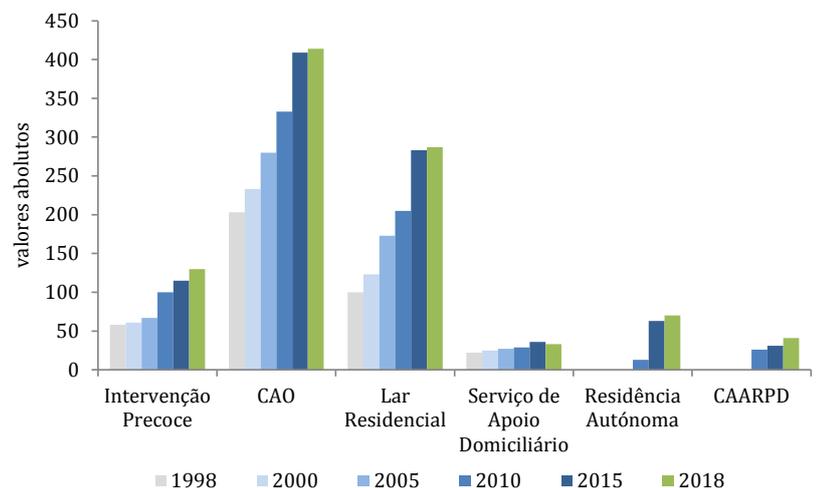
As respostas sociais direcionadas às **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade** têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O **Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)**, o **Lar Residencial**, a **Residência Autónoma** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência** constituem as respostas dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar ainda, o **Apoio em Regime Ambulatório**, a **Intervenção Precoce**, o **Lar de Apoio** e o **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**.

#### 3.2.1. Número de respostas sociais

A evolução do número de respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência evidenciou um crescimento de 102 % no período 1998-2018, sendo que as respostas Lar Residencial e CAO representavam, em 2018, 69 % do total de respostas para este grupo-alvo.

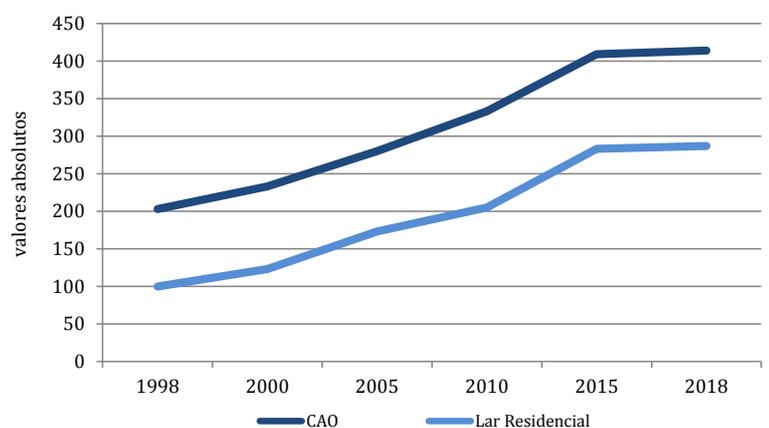
Em 2018, por comparação a 1998, o Lar Residencial registou uma taxa de crescimento de 187 % e a resposta CAO de 104 %.

Figura 46 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



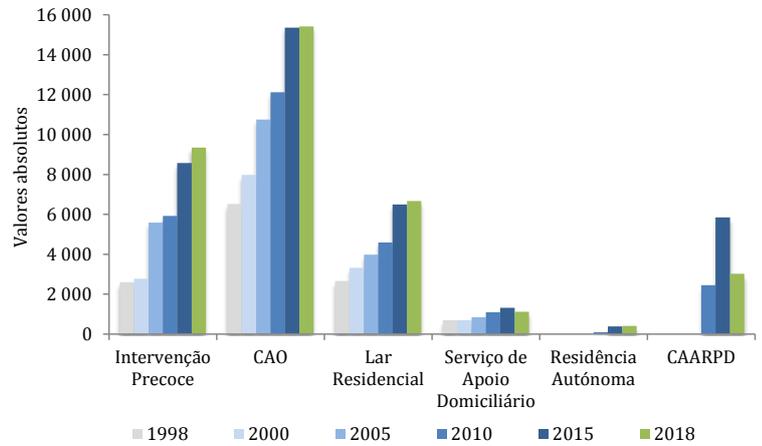
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.2.2. Capacidade

A evolução da capacidade das respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência tem acompanhado o crescimento do número de respostas. De facto, o universo de respostas dirigidas a este grupo-alvo registou, entre 2000 e 2018, um crescimento de 118 %, sendo que a oferta em 2018 era superior a 40 600 lugares.

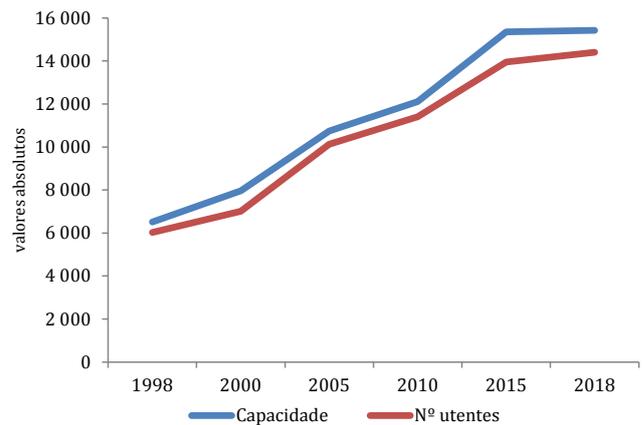
A resposta CAO era a que maior capacidade apresentava. Dos cerca de 15 500 lugares existentes, em 2018, 14 400 lugares estavam em utilização.

Figura 48 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 49 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>

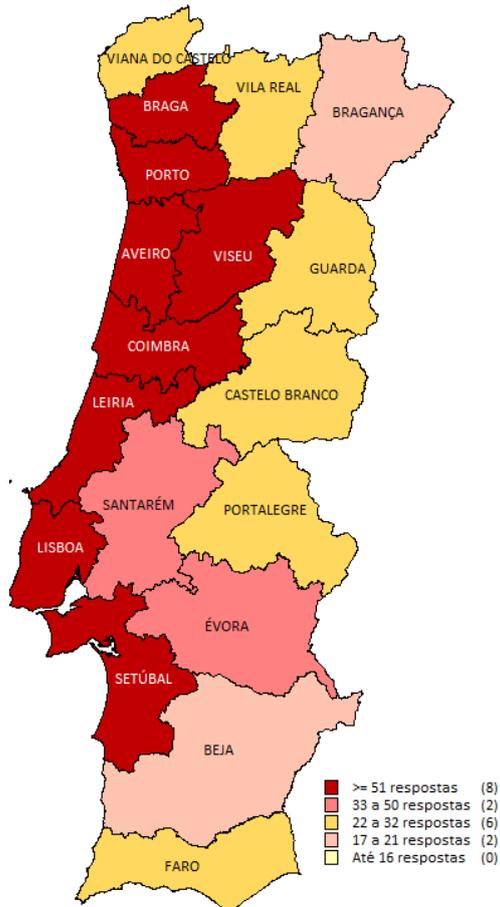


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.2.3. Distribuição territorial

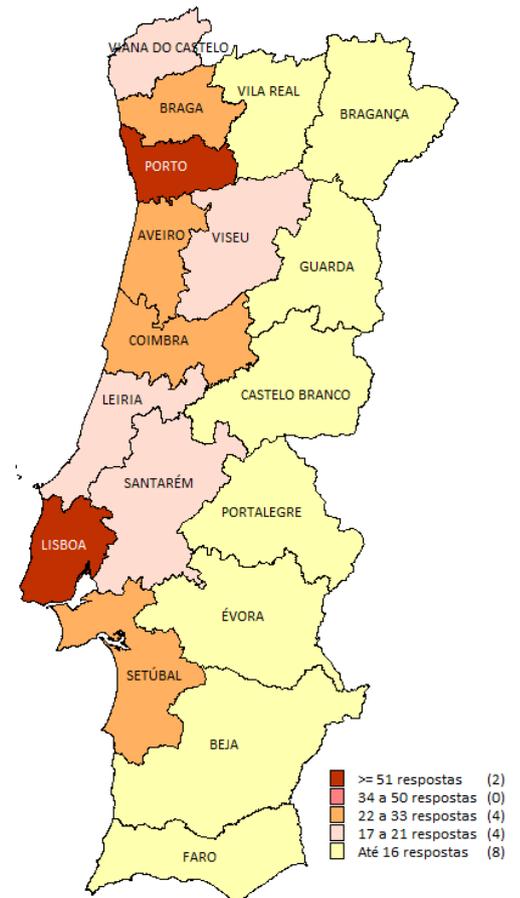
A distribuição territorial de respostas dirigidas a pessoas com deficiência evidencia uma elevada concentração nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Lisboa e Setúbal reunindo, em 2018, 71 % da oferta total de respostas para esta população e 74 % da oferta de respostas CAO.

Figura 50 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, por distrito – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 51 – Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

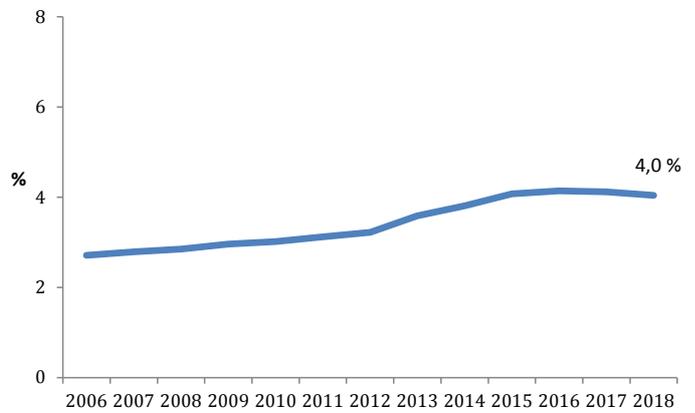
3.2.4. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura das principais respostas para crianças, jovens e adultos com deficiência registou, ao longo dos últimos anos, uma progressão positiva do número de lugares disponíveis (+ 21 900, entre 2000-2018).

Em termos territoriais, onze distritos do Continente apresentavam uma taxa de cobertura acima da média (4,0 %), destacando-se o distrito da Guarda e o de Castelo Branco com os valores mais elevados (acima dos 7,1%). Por seu lado, Braga, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real apresentam valores inferiores a este referencial.

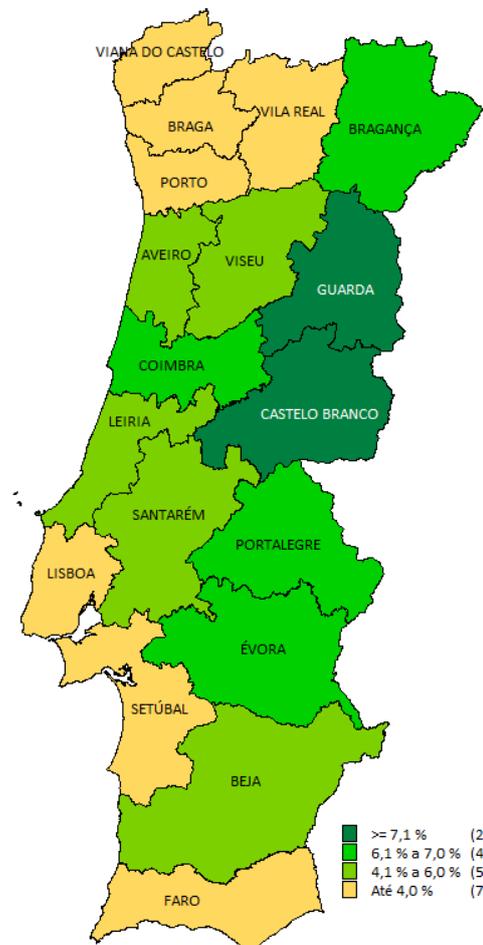
As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia, registavam as taxas de cobertura mais baixas deste tipo de respostas.

Figura 52 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2006-2018<sup>1</sup>



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 53 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2018



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social

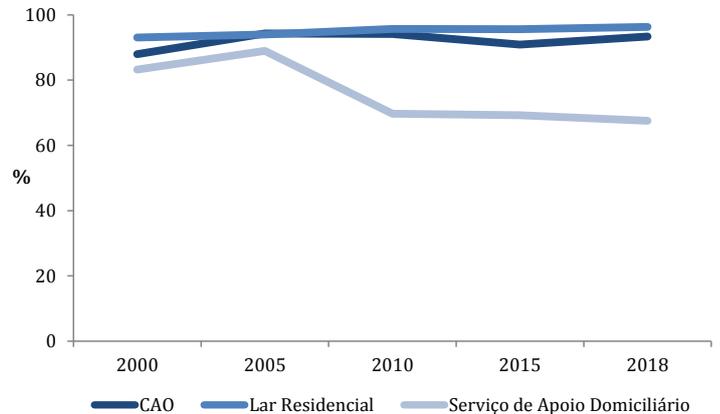
### 3.2.5. Taxa de utilização

Os níveis de utilização das principais respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência têm-se mantido, ao longo do período de análise, acima dos 90 %, à exceção do Serviço de Apoio Domiciliário, que desde 2010 regista taxas de utilização abaixo de 80 %.

A análise à distribuição territorial da taxa de utilização destas respostas confirmava a existência de elevados níveis de ocupação em todo o território continental.

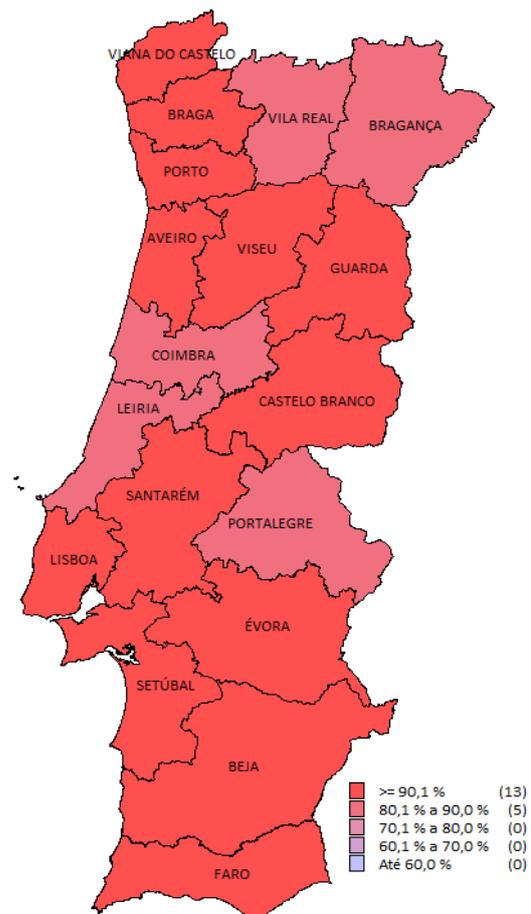
Os distritos localizados nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como nas regiões do Alentejo e Algarve, registaram as maiores taxas de utilização tendo em conta a baixa oferta que apresentavam.

Figura 54 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 55 – Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2018

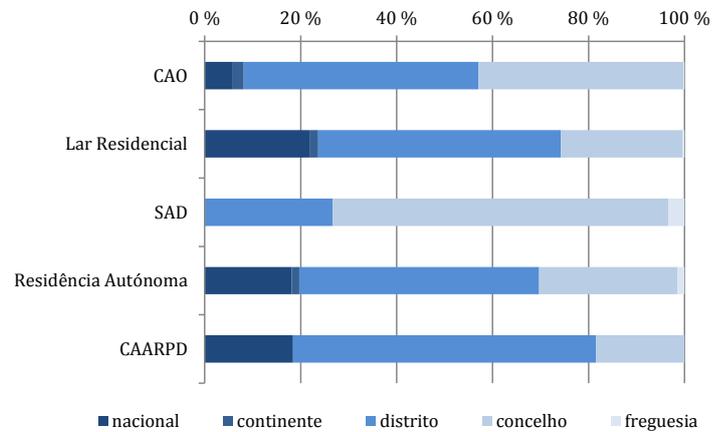


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.2.6. Funcionamento

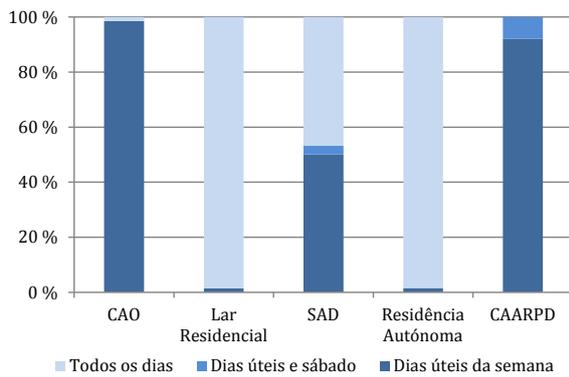
As respostas sociais dirigidas a crianças, jovens e adultos com deficiência tinham, em 2018, uma abrangência maioritariamente supraconcelhia, refletindo o raio de implantação destas respostas. A resposta SAD, enquanto resposta de proximidade apoiava maioritariamente (73 %) utentes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado.

Figura 56 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2018



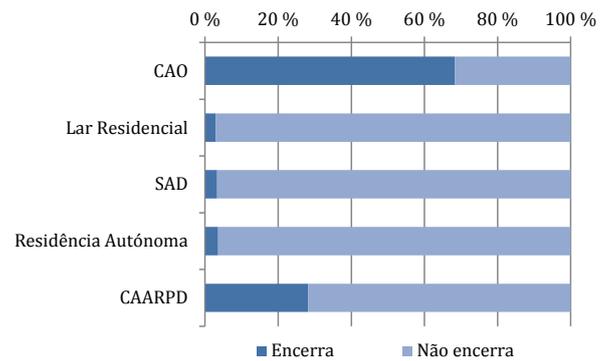
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2018

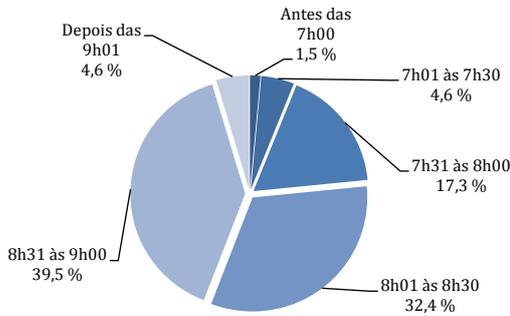


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Enquanto as respostas CAO, SAD e CAARPD funcionavam, essencialmente, de segunda a sexta-feira, o Lar Residencial e a Residência Autónoma, destinadas ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade que não podem residir no meio familiar, estavam em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem para férias. De referir que 68 % dos CAO encerrou para férias.

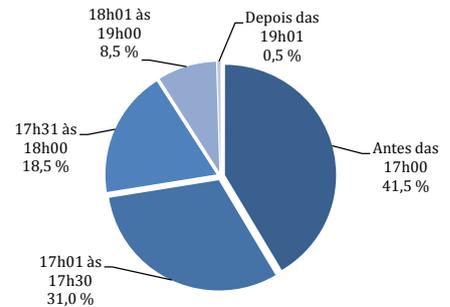
No que diz respeito ao horário de abertura e encerramento da resposta CAO, em 2018, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente (72 %) para abertura, enquanto que o término das atividades ocorria em 72 % das respostas até às 17h30, o que traduz uma oferta reduzida de horários alargados.

Figura 59 – Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

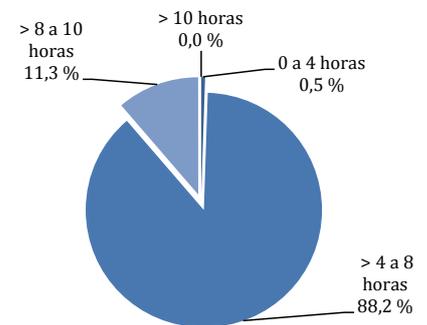
Figura 60 – Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2018, a frequência média diária dos utentes em CAO em 88 % das respostas variava entre 4 a 8 horas.

Figura 61 – Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

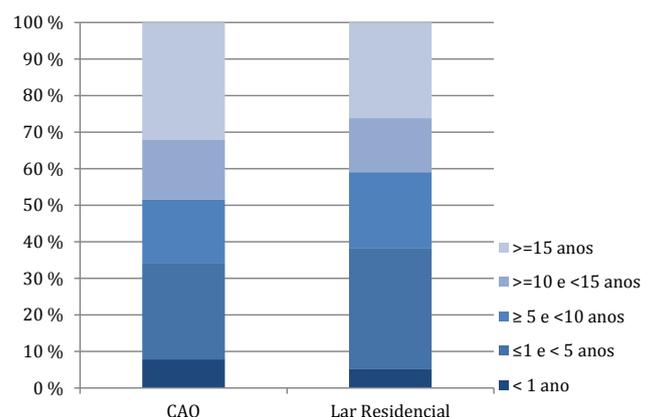
### 3.2.7. Caracterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes das respostas dirigidas à população com deficiência por escalão etário evidenciava as diferenças na população-alvo de cada resposta social.

Se por um lado, o universo de utentes que frequentava a resposta CAO era composto quase maioritariamente (47 %) por pessoas com idade até 24

Figura 62 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2018

Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2018

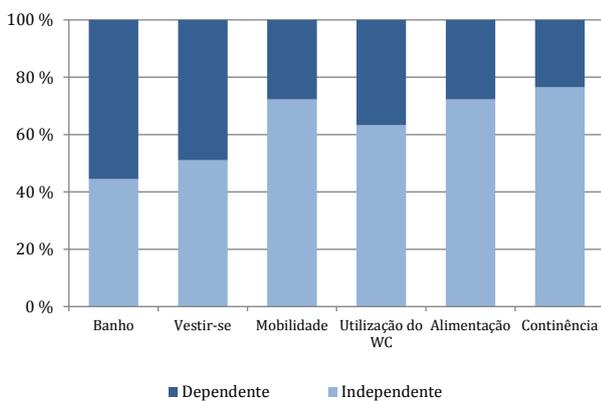


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

anos, por outro lado, a grande maioria dos utentes em Lar Residencial, Residência Autónoma e SAD (77 %, 79 % e 86 %, respetivamente) tinha 25 ou mais anos.

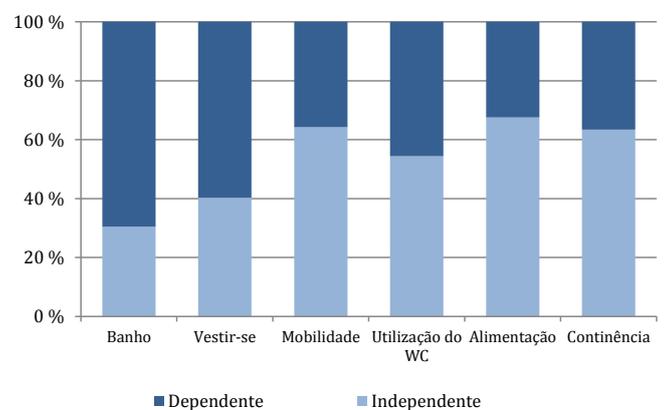
Relativamente ao tempo de permanência dos utentes nas respostas, desde que deram entrada nas mesmas, observava-se um peso relativo importante de utentes que frequenta/permanece nas respostas CAO e Lar Residencial entre 1 e 5 anos (26 % e 33 %, respetivamente), e também, uma percentagem não menos importante de utentes com uma permanência nas respostas superior a 15 anos (32 % e 26 %, respetivamente).

**Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2018**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2018**

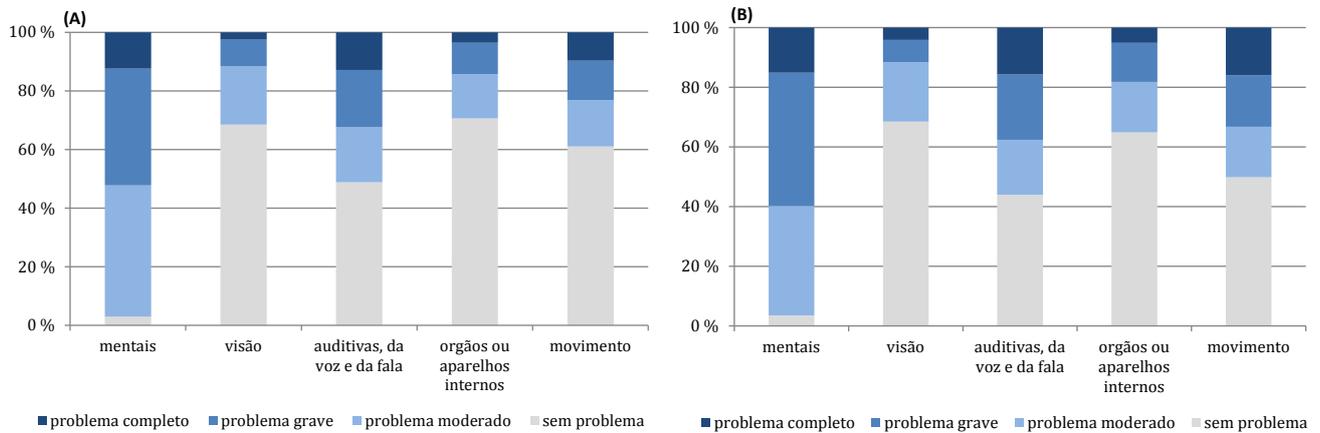


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A análise à capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)<sup>10</sup> dos utentes que frequentam respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência mostra que a maioria (63 %) dos utentes de CAO caracterizados eram independentes no desenvolvimento da quase totalidade (5 atividades no total das 6) das atividades avaliadas. Embora os níveis de dependência sejam superiores, 53 % dos utentes de Lar Residencial caracterizados desempenhavam de forma autónoma 4 das 6 atividades indicadas.

<sup>10</sup>Na questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência) procura-se aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma.

Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2018

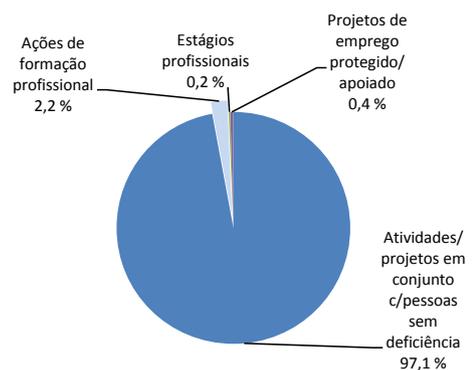


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os problemas nas funções mentais continuavam a ser os mais frequentes nos utentes que frequentavam as respostas dirigidas a este grupo-alvo, designadamente CAO e Lar Residencial, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CAO em 2018, a maioria (56 %) participou nas atividades/projetos de inclusão na sociedade consideradas. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 97 % participou em ações com pessoas sem deficiência.

Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.3 Pessoas Idosas<sup>11</sup>

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, o **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)** consistem nas **respostas sociais** com maior representatividade no âmbito da RSES **dirigidas às Pessoas Idosas**. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência do idoso e de este se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o **Centro de Convívio**, o **Centro de Noite** e o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**.

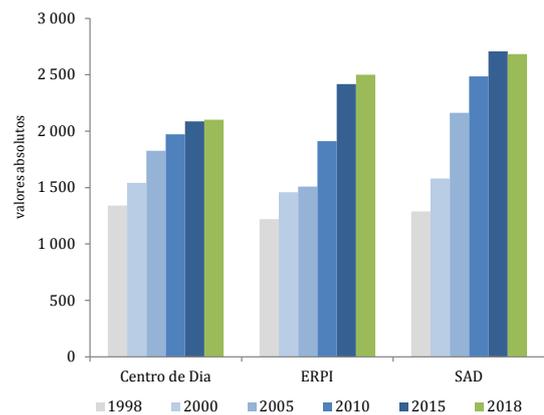
#### 3.3.1. Número de respostas sociais

As principais respostas dirigidas à população idosa registaram um desenvolvimento acentuado (89%) desde 1998, traduzindo um aumento superior a 3 400 novas respostas.

As respostas SAD e ERPI foram as que, neste domínio, mais cresceram no período 1998-2018 (108 % e 105 %, respetivamente) e as que apresentavam maior oferta.

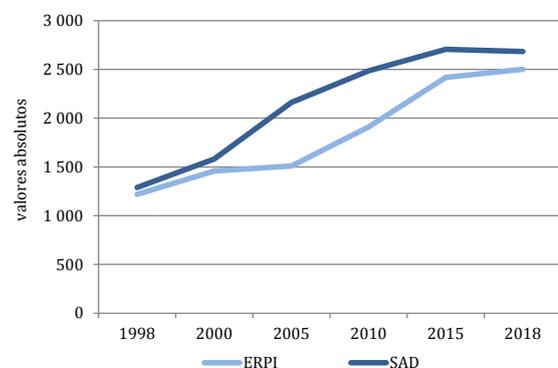
Em 2018, contabilizaram-se cerca de 7300 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia no território continental, das quais 37 % correspondiam a SAD.

Figura 68 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 69 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

<sup>11</sup> A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

### 3.3.2. Capacidade

O número de lugares/capacidade nas principais respostas para as Pessoas Idosas revelou, igualmente, um incremento significativo (104 %) ao longo do período de análise (1998-2018), em linha com o aumento do número de respostas (89,3%).

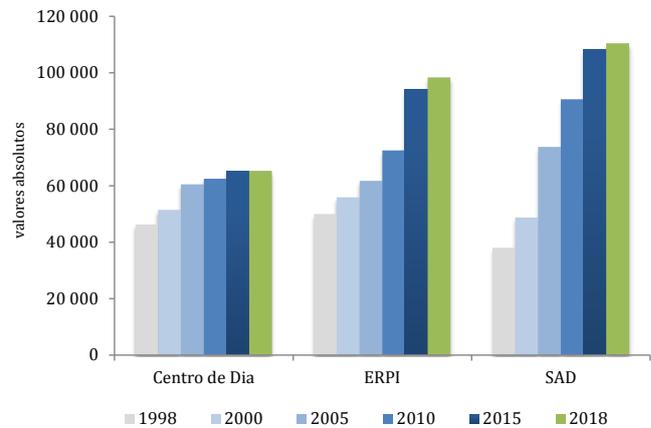
Em 2018, por relação ao ano de 1998, contabilizaram-se mais 139 700 novos lugares, totalizando cerca de 274 000 lugares.

O SAD constitui a resposta, no conjunto das principais respostas que visam o apoio a idosos, que apresentava maior oferta de lugares (40 %), contabilizando, em 2018, 110 400 lugares, aproximadamente.

À semelhança do número de lugares, o número de utentes que recebem apoio da resposta SAD tem revelado um crescimento, porém a um ritmo mais moderado.

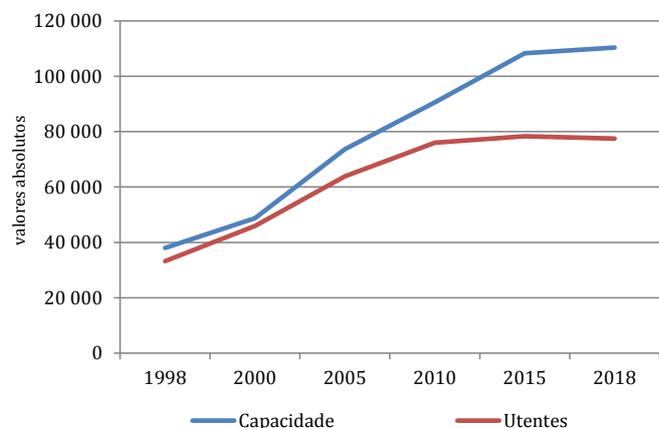
Em 2018, 63 % do número total de lugares em SAD estavam abrangidos por acordos de cooperação<sup>12</sup>.

Figura 70 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

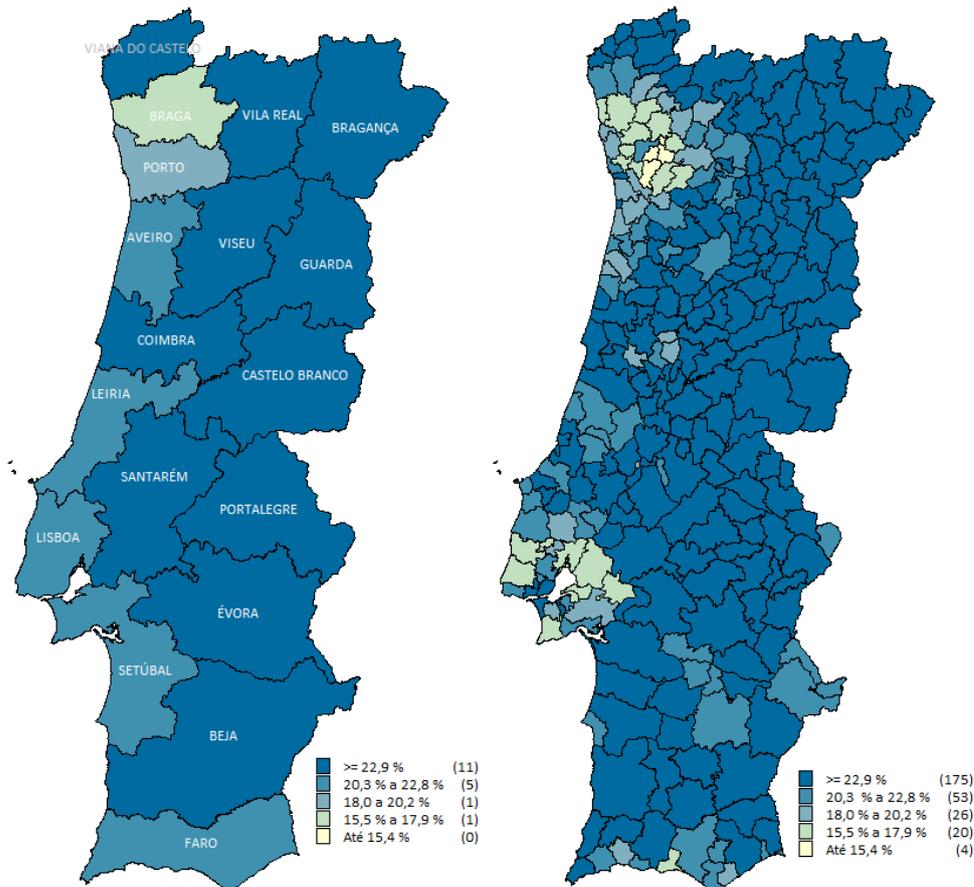
Figura 71 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

<sup>12</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

## 3.3.3. Distribuição territorial

Figura 72 – Relação entre a População Idosa ( $\geq 65$  anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2018

Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2018.

O peso relativo da população residente com 65 ou mais anos na população total tem-se intensificado ao longo dos anos, representando, em 2018, 22,2 % da população total do Continente. Dos dezoito distritos do território continental, doze registavam, em 2018, um peso relativo de população com 65 ou mais anos superior à média do Continente (22,2 %).

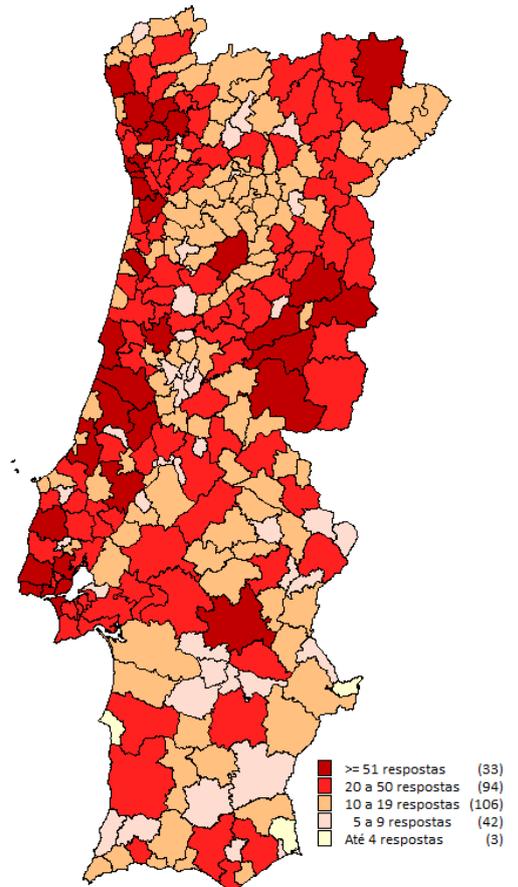
Os distritos localizados ao longo da faixa litoral, sobretudo em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, constituem os territórios que apresentavam uma menor proporção de população idosa, contrastando com os distritos do interior do país.

Em 2018, as respostas sociais dirigidas a esta população-alvo encontravam-se bastante disseminadas por todo o território continental. Todos os concelhos do Continente apresentavam algum tipo oferta para este grupo, sendo que, dos 278 concelhos, 233 dispunham de 10 ou mais respostas sociais para os mais idosos.

A prestação de serviços no domicílio, desenvolvida pela resposta SAD, estava disponível, em 2018, em todos os concelhos do Continente, sendo notória, contudo, uma maior concentração destes serviços nas regiões Norte e Centro.

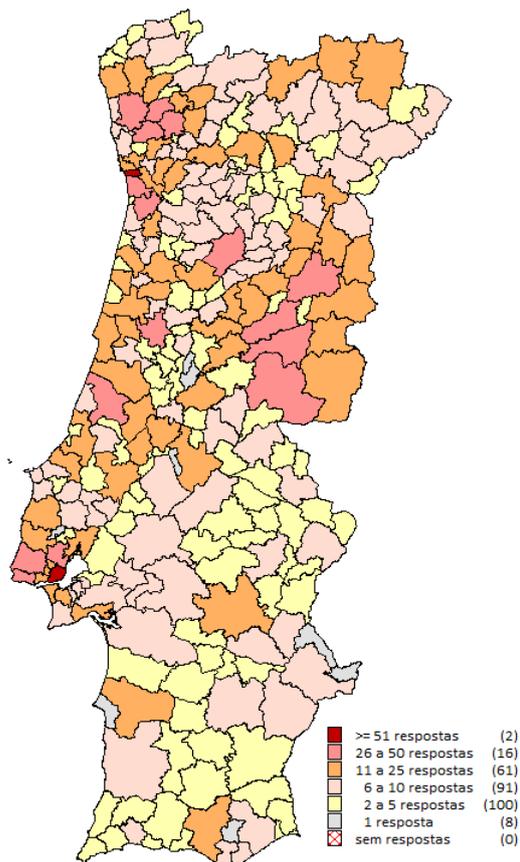
De referir, ainda, que a oferta de SAD por parte de entidades da rede solidária é maioritária em todos os distritos, apenas os distritos do Porto e Lisboa apresentavam, em 2018, uma oferta já significativa (acima de 20 %) de respostas da rede lucrativa.

Figura 73 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2018



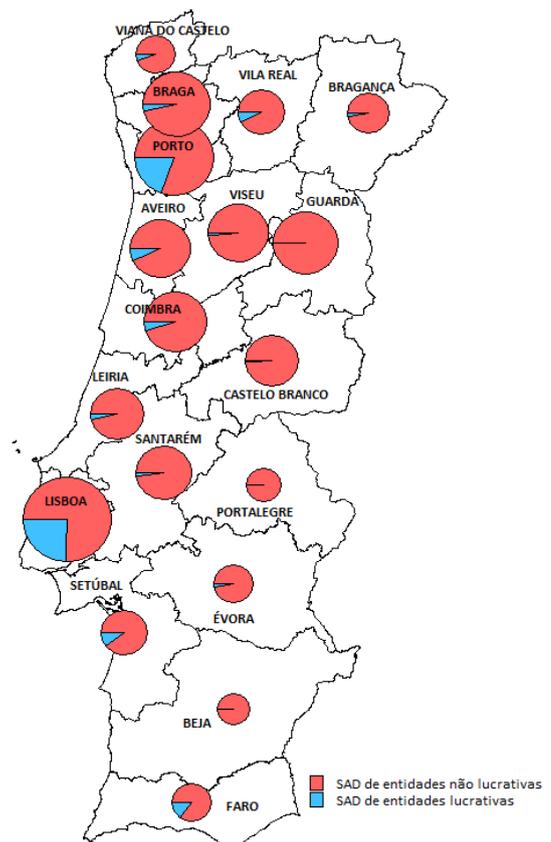
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 74 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 75 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.3.4. Taxa de cobertura

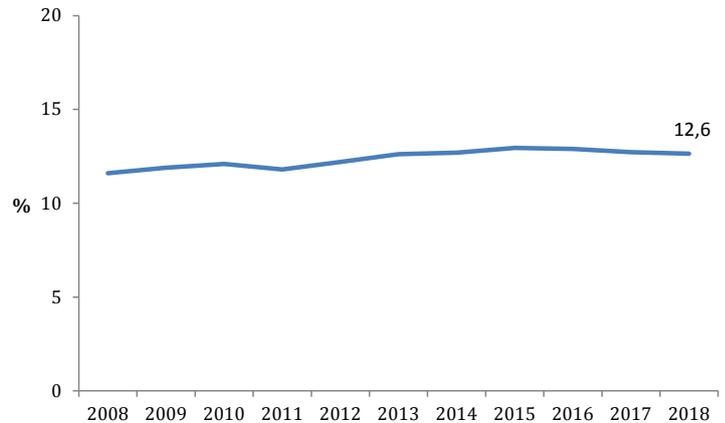
A taxa de cobertura de respostas para as Pessoas Idosas tem evoluído de forma positiva nos últimos dez anos, todavia o aumento acelerado da população com 65 ou mais anos não tem permitido um crescimento mais expressivo da taxa de cobertura<sup>13</sup> destas respostas.

Em 2018, a taxa de cobertura média das principais respostas que visam o apoio a pessoas idosas, no Continente, cifrou-se em 12,6 %, refletindo uma taxa de crescimento de 9 p.p. no período 2008-2018.

Em termos territoriais, 66 % dos concelhos do território continental apresentava uma taxa de cobertura acima da média (12,6 %).

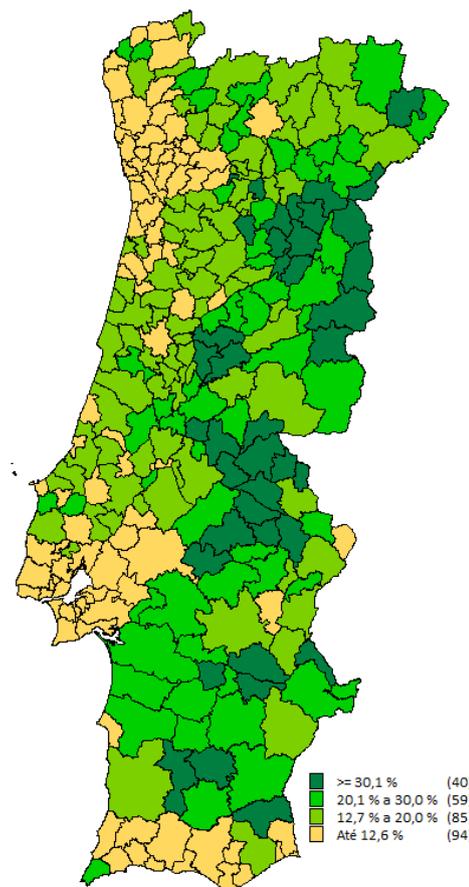
As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia, apresentavam, em 2018, na maioria dos seus concelhos, taxas de cobertura abaixo da média.

**Figura 76 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2008-2018<sup>1</sup>**



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

**Figura 77 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2018**



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2018  
GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>13</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da(s) resposta(s) em análise.

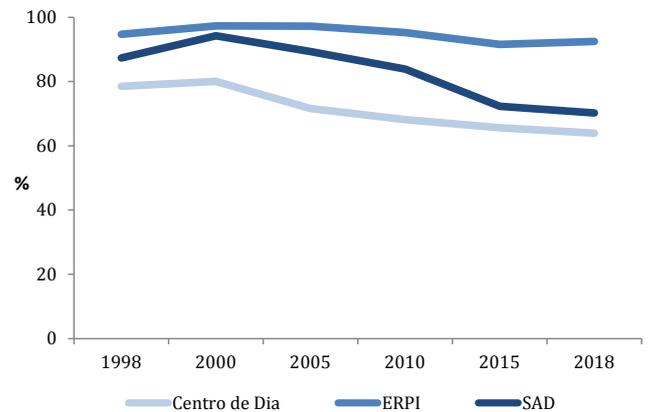
### 3.3.5. Taxa de utilização

A utilização das respostas sociais dirigidas à população idosa tem registado uma redução desde 2000, sendo que, em 2018, a taxa de utilização<sup>14</sup> média das principais respostas fixou-se em 77 %. São notórias, contudo, diferenças significativas entre as diferentes respostas, enquanto a resposta ERPI continuava a apresentar taxas de ocupação acima de 90 %, fixando-se, em 2018, em 93 %, as respostas SAD e Centro de Dia registaram ocupações médias de 70 % e 64 %, respetivamente.

O aumento das necessidades dos utentes e a procura de respostas que implicam a institucionalização, designadamente para ERPI ou para unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), constituirá uma das explicações para os decréscimos observados.

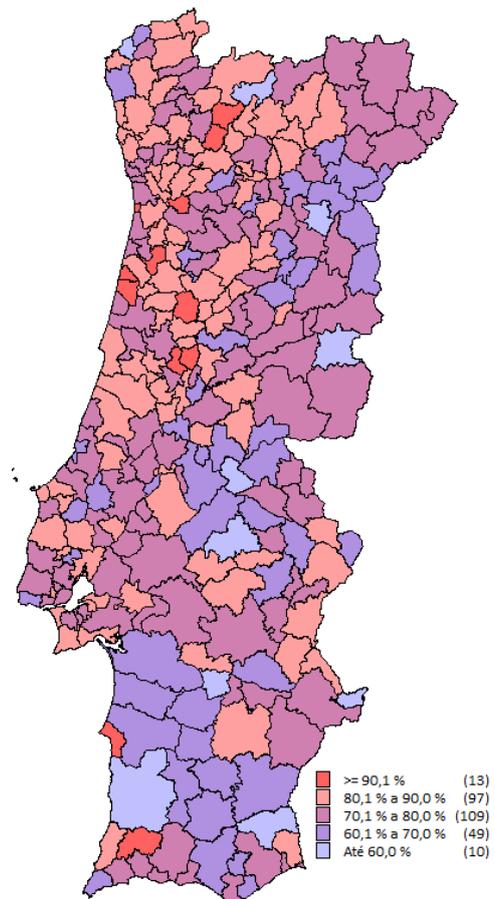
A nível territorial, embora não seja possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral, sobretudo na região Norte. Nota-se, que 110 concelhos, dos 278 do território continental, apresentavam taxas de utilização das principais respostas para idosos, em 2018, acima de 80 %.

Figura 78 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 79 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2018

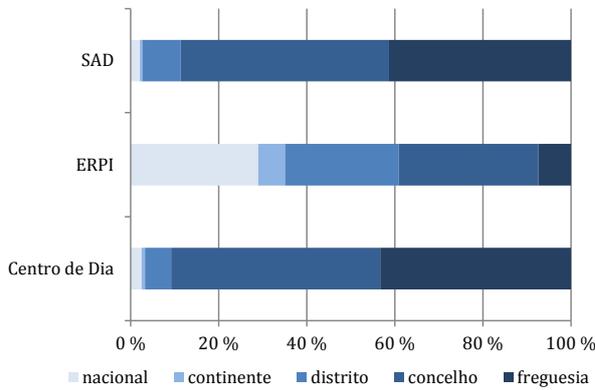


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>14</sup> Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes da(s) resposta(s) em análise.

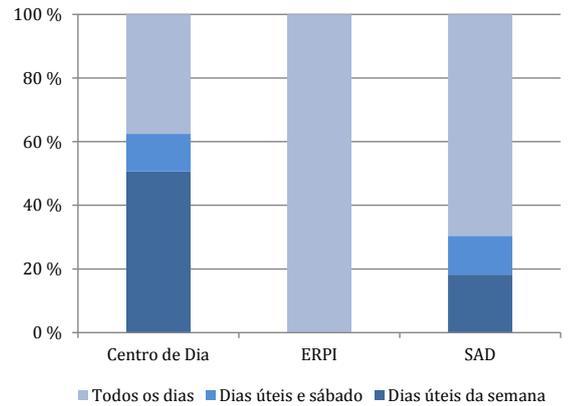
3.3.6. Funcionamento

Figura 80 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 81 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

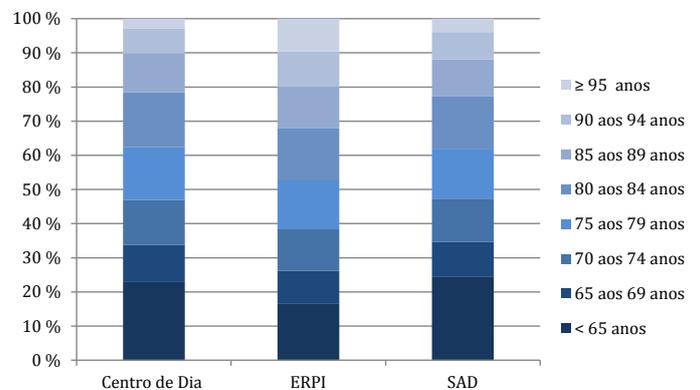
Em 2018, as respostas dirigidas à população idosa acolhiam maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento, à exceção da resposta ERPI onde os utentes oriundos de outros concelhos ou distritos tinham um peso percentual de cerca de 60 %, traduzindo um raio de abrangência mais alargado.

Quanto ao período de funcionamento, enquanto uma parte significativa (60 %) das respostas de Centro de Dia, funciona apenas nos dias úteis, cerca de 70 % dos SAD opera todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina funciona durante todos os dias da semana.

3.3.7. Caracterização dos utentes

A distribuição etária dos utentes das respostas dirigidas à população idosa difere consideravelmente de resposta para resposta. Enquanto 62 % do universo dos utentes que frequentava as respostas sociais Centro de Dia e SAD era constituído, em 2018, por utentes com idade inferior a 80 anos, cerca de 50 % dos utilizadores de ERPI era composto por idosos com 80 ou mais anos.

Figura 82 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2018



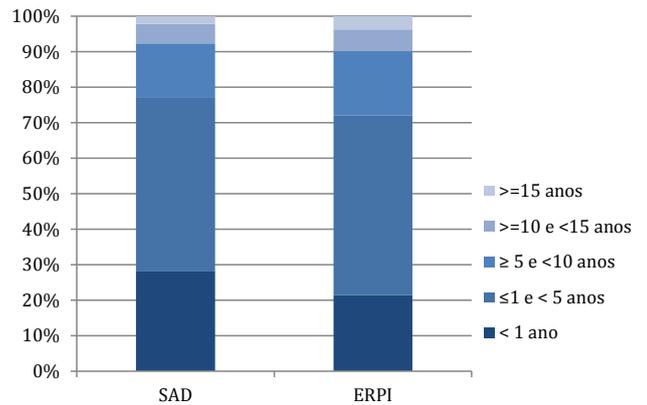
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Mais de 70 % dos utentes que frequentavam respostas sociais para Pessoas Idosas, em 2018, utilizava a resposta no máximo há 5 anos. Acresce que cerca de 10 % dos utentes de ERPI já permanecia na resposta há 10 ou mais anos.

Quanto ao nível de incapacidade, observam-se claras diferenças que distinguem os utentes de Centro de Dia, ERPI e SAD.

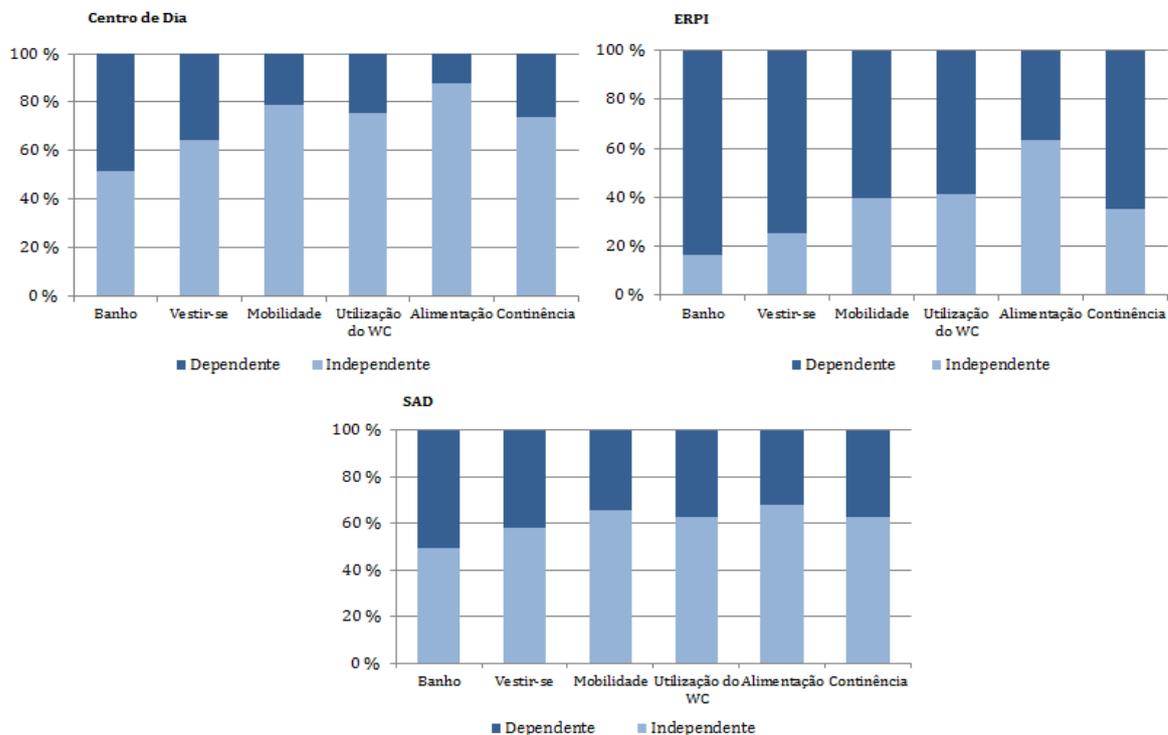
A análise da capacidade para a realização de atividades básicas de vida diária<sup>15</sup> sugere níveis de dependência elevados na resposta ERPI em todas as atividades avaliadas, por oposição às restantes respostas, nas quais a maioria dos utentes é independente na generalidade das atividades avaliadas.

Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

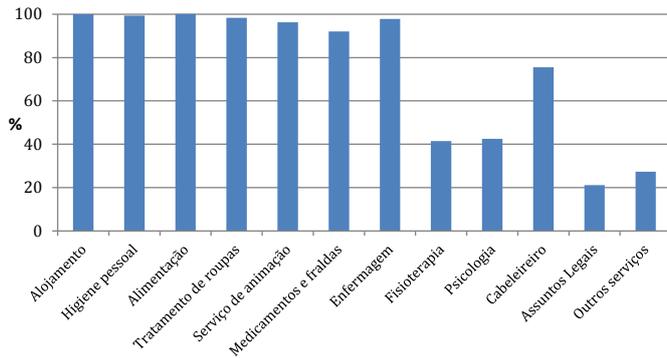
Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia, ERPI e SAD por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

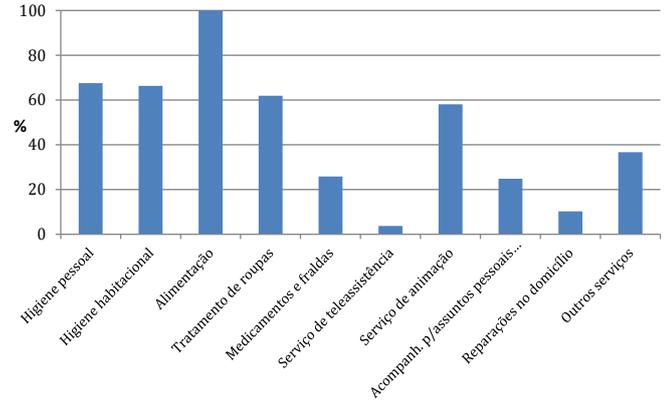
<sup>15</sup> Na questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência) procura-se aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma.

Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem crescido nos últimos anos, designadamente no âmbito das respostas ERPI e SAD. Nas respostas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, enquanto nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.

### 3.4 Família e Comunidade

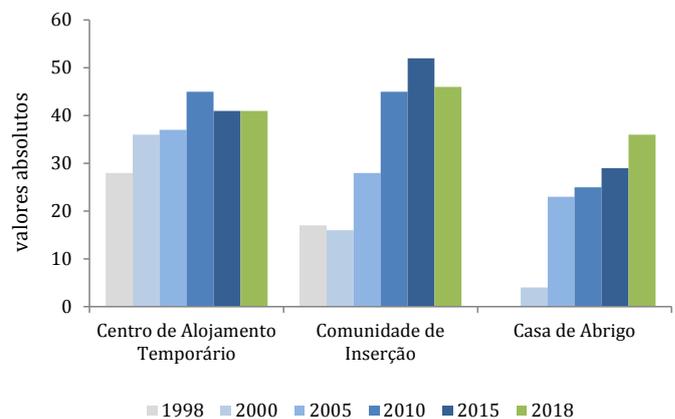
As **respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade** têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)**, a **Comunidade de Inserção** e a **Casa Abrigo** constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o **Refeitório/Cantina Social**<sup>16</sup> e o **Atendimento/Acompanhamento Social**, entre outras.

#### 3.4.1. Número de respostas sociais

A evolução das principais respostas de apoio à Família e Comunidade revelou, no período 1998-2018, um aumento de 65 %, o que reflete o apoio desenvolvido essencialmente por entidades não lucrativas com participação pública.

A Comunidade de Inserção e, sobretudo, a Casa Abrigo, constituem as respostas que maior desenvolvimento têm apresentado. As Casas Abrigo registaram em 2018, por comparação a 2000, um aumento superior a 30 novas respostas.

Figura 87 – Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



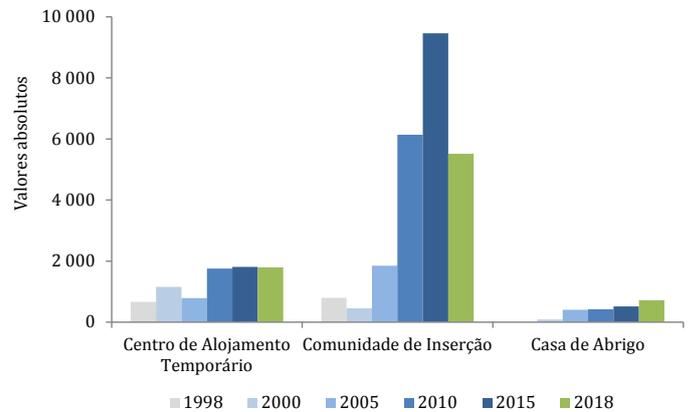
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

<sup>16</sup> Atendendo ao facto da informação obtida não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata de respostas instituídas, nos últimos anos, no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do Programa de Emergência Social (PES), optou-se por não se apresentar a informação relativa à resposta Refeitório/Cantina Social.

### 3.4.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhado o aumento do número de respostas. A Comunidade de Inserção e a Casa Abrigo congregam o maior número de lugares, com destaque para a primeira, todavia enquanto a capacidade da Comunidade de Inserção tem apresentado alguma oscilação ao longo do período de análise, a capacidade da Casa de Abrigo tem mantido a tendência de subida, verificando-se, em 2018, um aumento de 40 % no número de lugares disponíveis face a 2015.

Figura 88 – Evolução da capacidade nas principais respostas para a Família e Comunidade, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>

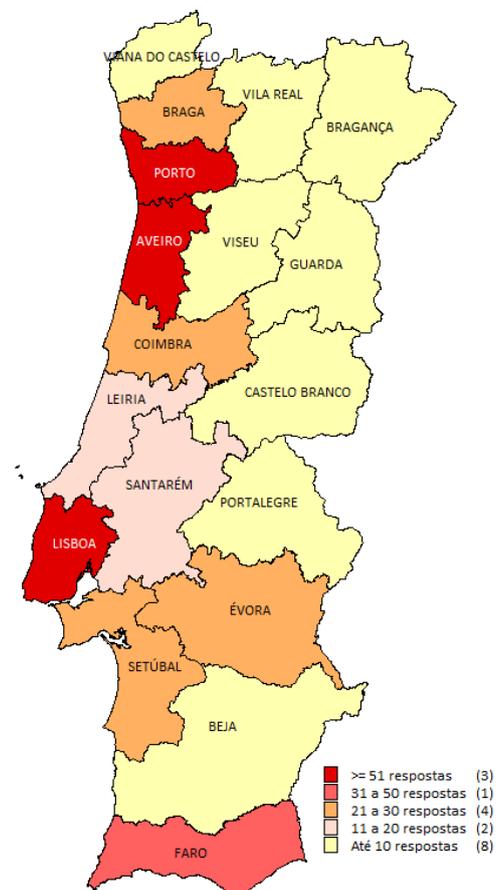


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.4.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais vocacionadas ao apoio à Família e Comunidade evidencia uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral, sendo que os de Lisboa, Porto e Aveiro agregam mais de metade da oferta.

Figura 89 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2018

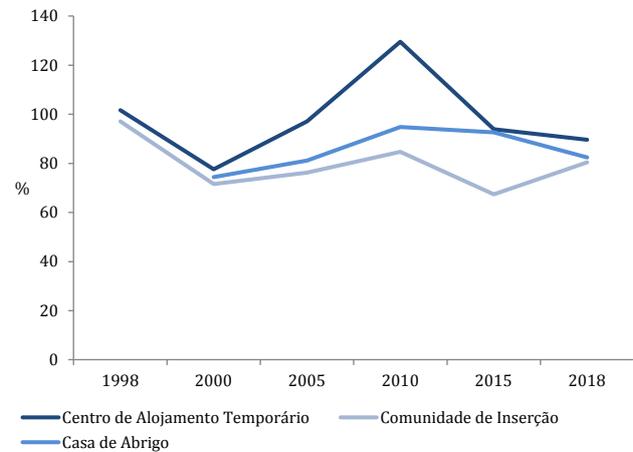


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.4. Taxa de utilização

A utilização das respostas dirigidas à Família e Comunidade registou oscilações ao longo período de análise, contudo é de destacar, uma estabilização da ocupação em torno dos 80 % na generalidade das respostas. Em 2018, a taxa de utilização média das principais respostas, situou-se em 83 %.

Figura 90 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar

#### *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens*

A resposta **Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**<sup>17</sup> destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de caráter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O objetivo desta resposta, prosseguida através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

<sup>17</sup> O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

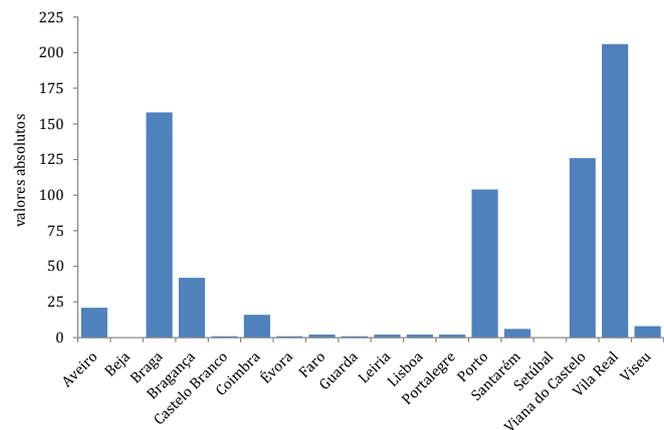
*Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência*

O **Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência**<sup>18</sup>, resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas idosas (com idade igual ou superior a 60 anos) ou de pessoas adultas com deficiência (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa idosa ou à pessoa adulta com deficiência um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

Pese embora disponha de enquadramento e objetivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar no âmbito deste relatório continua a ser analisada de forma agregada.

No ano de 2018, contabilizaram-se 700 famílias de acolhimento, aproximadamente, no território continental, sendo que cerca de 90 % das famílias estavam concentradas em cinco distritos da região Norte (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real).

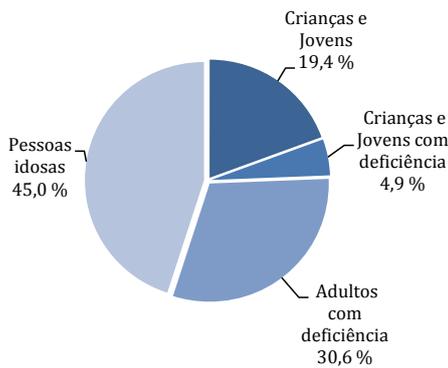
**Figura 91 – Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito – 2018**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

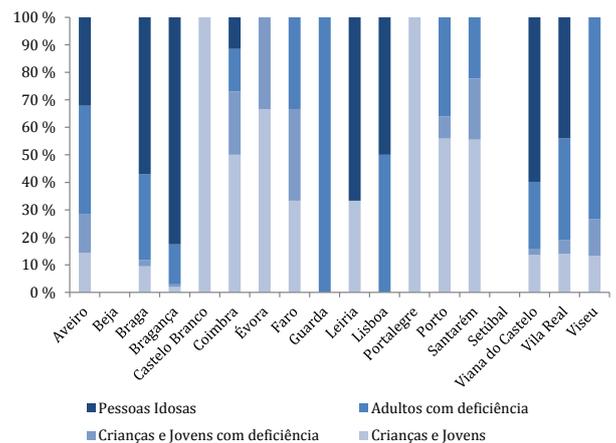
<sup>18</sup> O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro.

Figura 92 – Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 93 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2018, do universo de pessoas acolhidas, as pessoas idosas representavam 45 % do total, embora em termos de distribuição territorial o acolhimento de idosos tenha expressão apenas em 8 distritos, maioritariamente da região Norte (Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Leiria, Lisboa, Viana do Castelo e Vila Real). As Crianças e Jovens, embora constituíssem o terceiro grupo-alvo em termos de peso relativo (19 %), estavam presentes em maior número de distritos do território continental (14 distritos).

### 3.5 Pessoas Toxicodependentes

As respostas sociais dirigidas a **Pessoas Toxicodependentes** visam o apoio à população toxicodependente e às respetivas famílias, quer através de unidades de intervenção, quer em equipamento, por via do acolhimento temporário destas pessoas que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

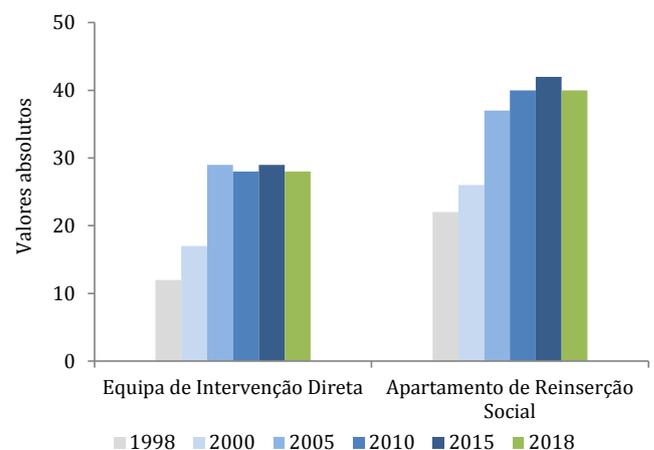
#### 3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais destinadas a pessoas toxicodependentes evidenciaram entre 1998 e 2018 um crescimento notório, designadamente de 133 % no caso das Equipas de Intervenção Direta e de 82 % no caso dos Apartamentos de Reinserção Social.

#### 3.5.2. Capacidade

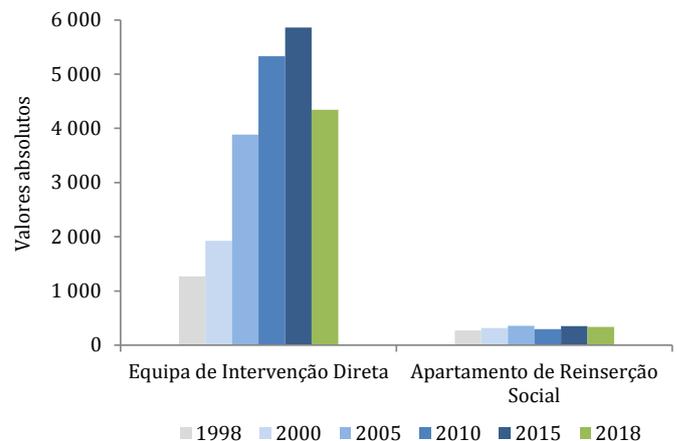
Quanto à capacidade, as Equipas de Intervenção Direta representavam, em 2018, 93 % da capacidade de resposta para este público-alvo. Os Apartamentos de Reinserção Social apresentaram uma oferta em 2018 de cerca de 350 lugares.

Figura 94 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 95 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



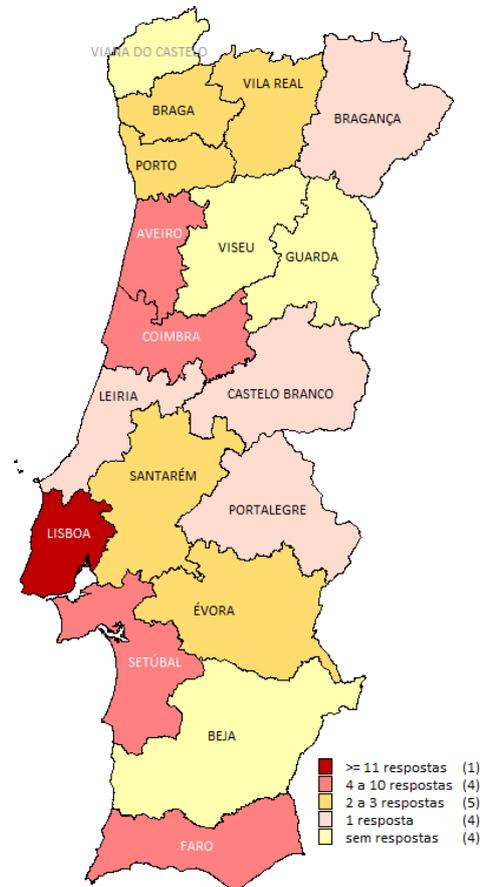
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.5.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo revela grandes assimetrias no território continental. Os distritos situados ao longo da faixa litoral continuavam a registar um número mais elevado de respostas dirigidas às Pessoas Toxicodependentes.

O distrito de Lisboa continuava a ser, em 2018, o distrito com maior número de respostas, concentrando 41 % do número total das respostas existentes.

Figura 96 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2018

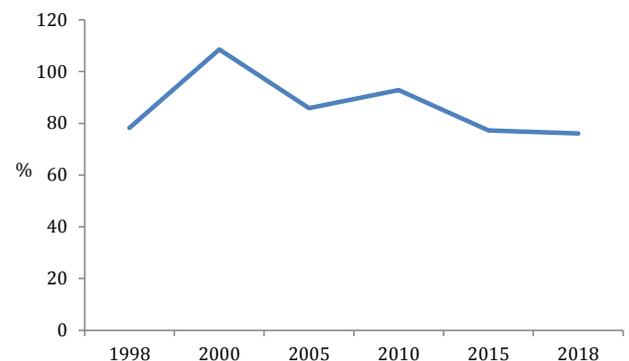


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social situou-se, em 2018, em 76 %, traduzindo a tendência de descida verificada nos últimos anos.

Figura 97 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

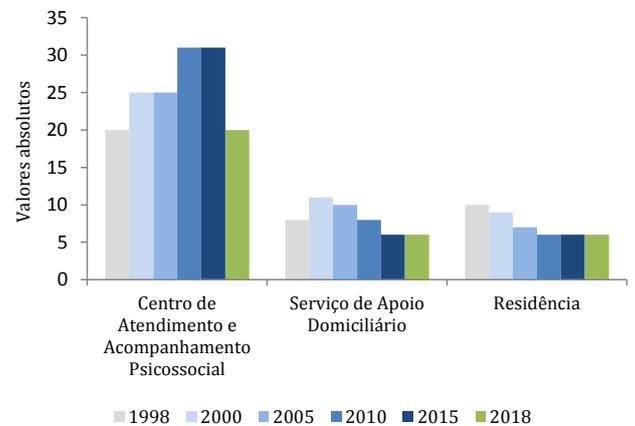
### 3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o **apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias** têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividindo-se em três tipos: (1) Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, (2) Serviço de Apoio Domiciliário e (3) Residência para Pessoas Infetadas com o VIH/SIDA.

#### 3.6.1. Número de respostas sociais

A evolução do número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a este grupo-alvo entre 2015 e 2018 apresenta uma descida acentuada nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, tendo-se mantido estável nas respostas SAD e Residência.

Figura 98 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>

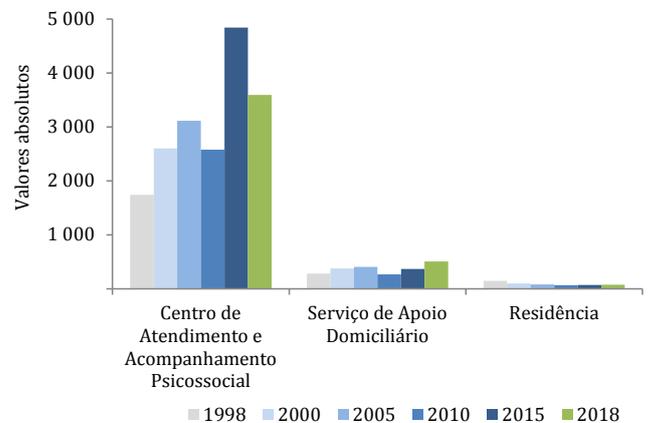


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

#### 3.6.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a esta população, não obstante a descida verificada nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial entre 2015 e 2018, apresentou, ainda assim, um crescimento de 93 % em 2018 face a 1998.

Figura 99 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



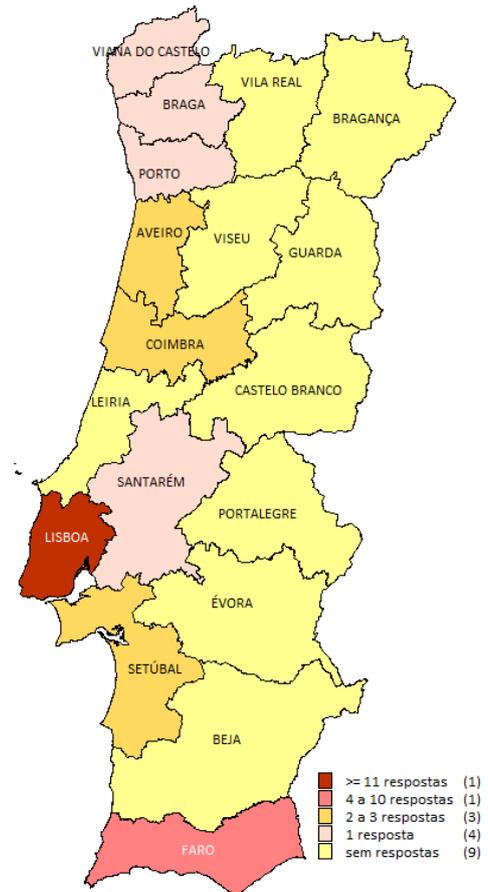
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição geográfica das respostas destinadas a Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA revela uma concentração de respostas nos distritos do litoral do território continental e a quase inexistência destas respostas no interior do país.

O distrito de Lisboa reunia, em 2018, mais metade das respostas (53 %), seguido pelo distrito de Faro.

Figura 100 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2018

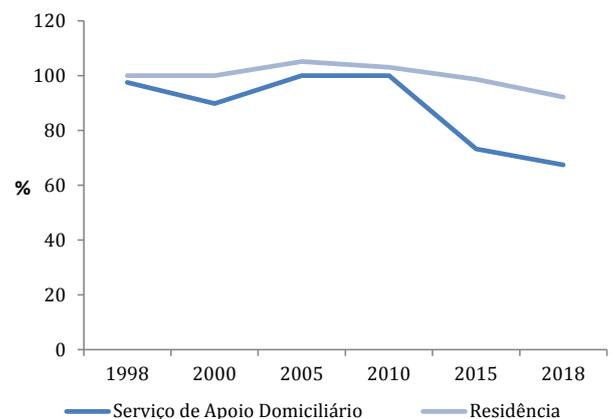


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ao longo do período de análise (1998-2018) tem sido marcada por uma tendência de valores que se situam próximo da lotação máxima. Verifica-se, no entanto, nos últimos anos uma redução da utilização destas respostas.

Figura 101 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 1998-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

### 3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas dirigidas a **Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico** abrangem um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Estas respostas têm como objetivo promover a reabilitação, a autonomia e a integração sociofamiliar e profissional, dividindo-se em quatro tipos de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: (1) Fórum Socio-ocupacional, (2) Unidade de Vida Autónoma, (3) Unidade de Vida Apoiada e (4) Unidade de Vida Protegida.

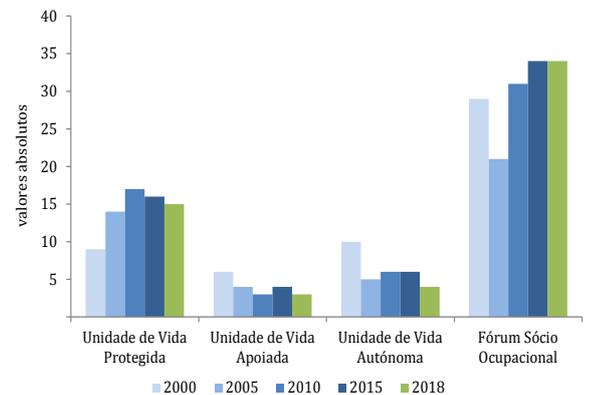
#### 3.7.1. Respostas sociais

As respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, registaram no período de análise alguma oscilação. Se excluirmos o Fórum Socio Ocupacional que manteve o mesmo número de respostas desde 2015, verifica-se uma quebra generalizada do número de respostas. Saliente-se que de acordo com o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2010<sup>19</sup>, de 28 de janeiro, está prevista a reconversão progressiva das respostas sociais existentes, criadas no âmbito do despacho conjunto n.º 407/98, de 18 de Junho, ou respostas idênticas já existentes, em unidades de CCISM.

#### 3.7.2. Capacidade

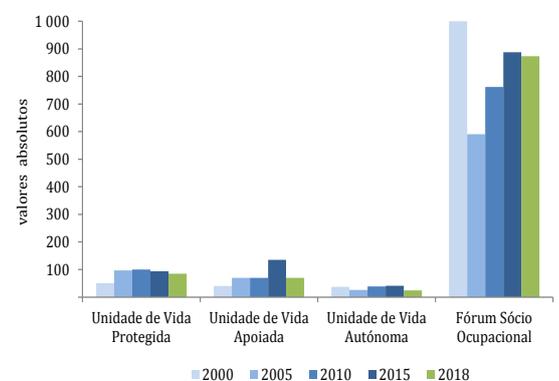
Ao nível da capacidade, no período em análise, verificaram-se igualmente algumas oscilações, sendo visível uma quebra desde 2015 em consonância com o número de respostas.

Figura 102 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

Figura 103 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2018<sup>1</sup>



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social  
<sup>1</sup>Quebra de série a partir de 2017.

<sup>19</sup> O Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM).



## 4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

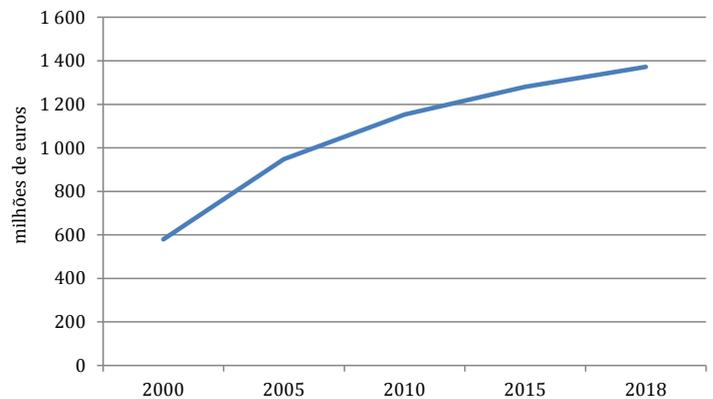
### 4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

A despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de aproximadamente 137 %, no período 2000-2018, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

Em 2018, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1 371 milhões de euros, sendo que 43,4 % visava o apoio a pessoas idosas e 38,8 % a crianças e jovens.

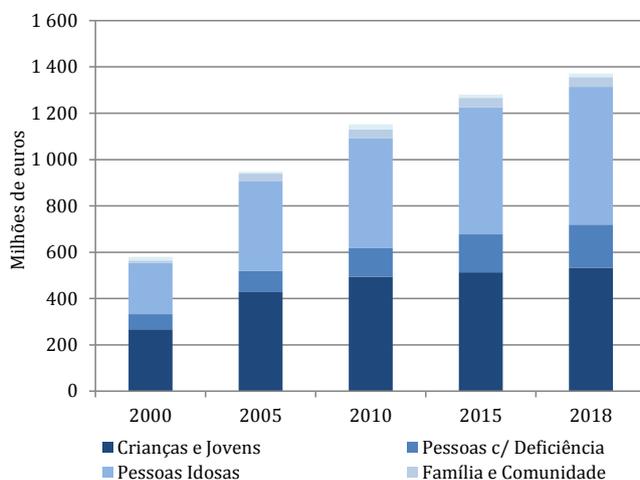
Figura 106 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2018<sup>1</sup>



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

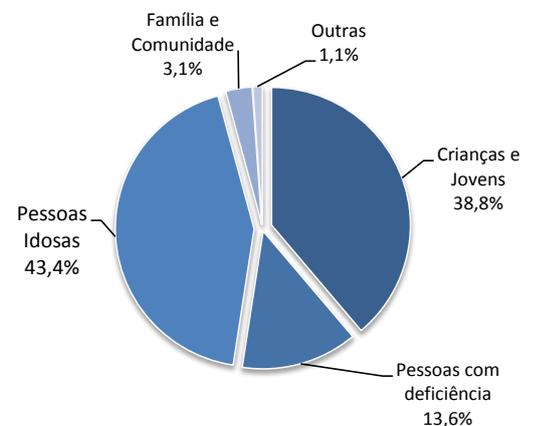
<sup>1</sup>Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizada apenas a despesa com acordos de cooperação).

Figura 108 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2018



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

Figura 107 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2018



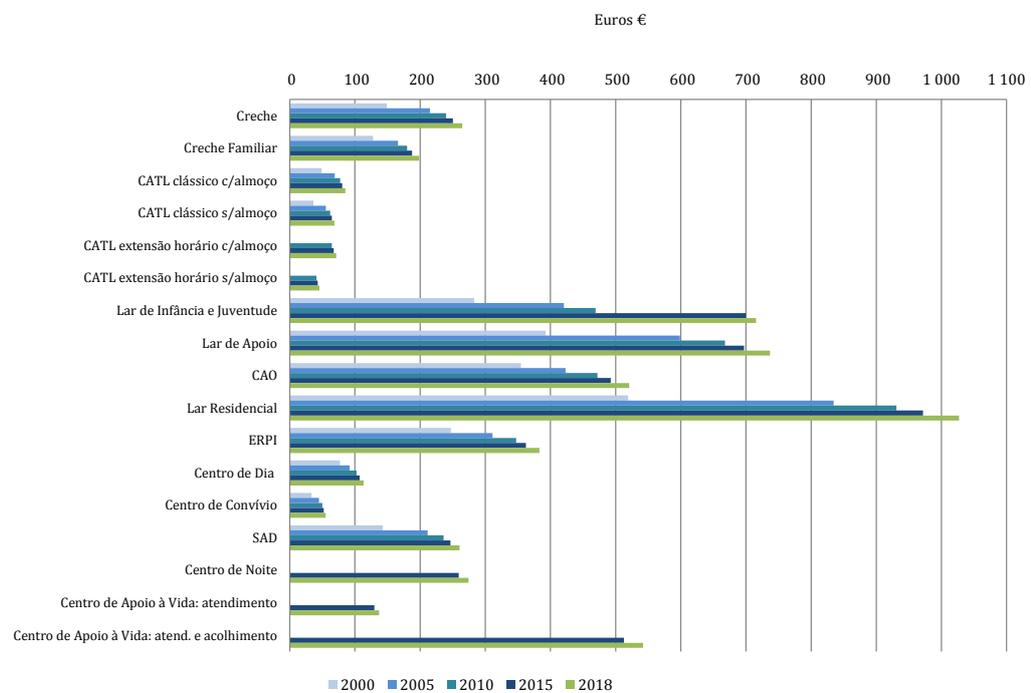
Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

As despesas com as respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade, embora apresentassem, em 2018, um peso de apenas 13,6 %, constituem o grupo que registou, entre 2000 e 2018, o crescimento mais acentuado (185 %).

#### 4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social, por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais abrangidas pelo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2017-2018, foi aumentado em 2,2 % em 2018, face a 2017. As respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade continuam a constituir as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o Centro de Atividades Ocupacionais. No âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Lar de Infância e Juventude, por efeito da reestruturação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira a partir de 2013, constituindo a terceira resposta social com maior comparticipação financeira por utente.

Figura 109 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2018



Fonte: IGSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.



## **Nomenclaturas e Conceitos**

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/Ø1/19)

## INFÂNCIA E JUVENTUDE

### Crianças e Jovens

#### **AMA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

#### **CRECHE FAMILIAR**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

#### **CRECHE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

#### **ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

#### **CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

### Crianças e Jovens com Deficiência

#### **INTERVENÇÃO PRECOCE**

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

#### **LAR DE APOIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

#### **TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## **Crianças e Jovens em Situação de Perigo**

### **CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

### **EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

### **CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### **LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### **APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

## **POPULAÇÃO ADULTA**

### **Pessoas Idosas**

#### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

#### **CENTRO DE CONVÍVIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

#### **CENTRO DE DIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

#### **CENTRO DE NOITE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS**

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idôneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

### **RESIDÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

### **LAR DE IDOSOS**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

**ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI** (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: **a)** Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; **b)** Quartos e **c)** Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

## **Pessoas Adultas com Deficiência**

### **CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idôneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

### **LAR RESIDENCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

### **TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## **Pessoas em Situação de Dependência**

### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI**

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

### **UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI**

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

### **APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI**

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

### **UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI**

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

### **UNIDADE DE VIDA APOIADA**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

## **Pessoas Sem-Abrigo**

### **EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

### **ATELIER OCUPACIONAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

## **FAMÍLIA E COMUNIDADE**

### **Família e Comunidade em Geral**

#### **ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

**GRUPO DE AUTO-AJUDA**

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

**CENTRO COMUNITÁRIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

**CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

**REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

**CENTRO DE APOIO À VIDA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

**COMUNIDADE DE INSERÇÃO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

**CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

**AJUDA ALIMENTAR**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

**Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias****CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

**SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

**RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

**Pessoas Toxicodependentes****EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

**APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

**Pessoas Vítimas de Violência Doméstica****CENTRO DE ATENDIMENTO**

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

**CASA DE ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

---

**GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS**

---

**APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS**

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

**APOIO EM REGIME AMBULATORIO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

**IMPrensa BRAILLE**

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

**ESCOLA DE CÃES-GUIA**

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.



